

2018

Relatório de Estado do Ordenamento do Território

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO
E REGENERAÇÃO URBANA



BRAGA
Município

www.cm-braga.pt

Conteúdo

1. Introdução	5
1.1. Enquadramento Legal	6
1.2. Objetivos	7
2. Metodologia	8
3. Dinâmicas Urbanas	8
3.1. Caraterização demográfica	8
3.1.1. Evolução da população	10
3.1.2. Densidade Populacional	12
3.2. Caraterização socioeconómica	15
3.2.1. População ativa empregada	15
3.3. Caraterização do edificado	16
3.3.1. Licenças concedidas	20
4. PDM 2015	23
4.1. Indicadores de monitorização do PDM – fundamentação da necessidade de rever os indicadores	24
4.2. Apresentação do novo conjunto de indicadores	25
5. Análise do Estado do Ordenamento do Território	28
5.1. Alterações ao Plano	31
5.1.1. Alterações inerentes às plantas do PDM	31
5.1.2. Alterações inerentes às áreas de Reabilitação urbana	32
5.2. Dinâmicas de investimento privado	46
5.3. Dinâmicas de investimento municipal	46
5.3.1. Execução Programada	46
6. Adaptação do PDM 2015 ao novo RJGT	47
7. Conclusão	49
8. ANEXO I – ANÁLISE DOS INDICADORES	50

Índice de Figuras:

Figura 1: Mapa dos concelhos do distrito de Braga.....	9
Figura 2: Identificação das freguesias do concelho de Braga	10
Figura 3: Densidade populacional por freguesias do concelho de Braga, em 2011 (Fonte: INE (Censos 2011)).	14
Figura 4: Distribuição dos edifícios por freguesias do concelho de Braga, em 2001 e 2011 (Fonte: INE (Censos 2001 e 2011)).....	18
Figura 5: Distribuição dos alojamentos por freguesias do concelho de Braga, em 2001 e 2011 Fonte: (INE (Censos 2001 e 2011)).....	19
Figura 6: Alojamentos familiares vagos por freguesias do concelho de Braga, em 2011 e alojamentos familiares de residência secundária por freguesias do concelho de Braga, em 2011 (Fonte: INE (Censos 2011))	20
Figura 7: Limites da ARU do Centro Histórico	33
Figura 8: Limites da ARU Braga Sul	36
Figura 9: Limites da ARU Braga Nascente	39
Figura 10: Limites da ARU Braga Norte	42
Figura 11: Localização aproximada dos pedidos de certidão de localização de imóvel em ARU para efeitos IVA a taxa reduzida para empreitadas de reabilitação	44
Figura 12: Síntese do estudo de programação do espaço de atividades económicas de Lomar.....	47

Índice de Tabelas:

Tabela 1: Evolução da população residente em Portugal, no Norte, no Cávado e no concelho de Braga (Fonte: INE (Censos 1981, 1991, 2001 e 2011))	10
Tabela 2: População residente e respetiva variação em Braga e concelhos limítrofes (Fonte: INE (Censos 1991, 2001 e 2011))	11
Tabela 3: Densidade populacional e respetiva variação, Braga e Concelhos limítrofe (Fonte: INE (Censos 1991, 2001 e 2011))	13
Tabela 4: População empregada por situação na profissão (Fonte INE)	16
Tabela 5: Edifícios segundo a sua função no Norte, no Cávado e no concelho de Braga, em 1991, 2001 e 2011 (Fonte INE)	16
Tabela 6: Tipificação da ocupação dos alojamentos no Norte, no Cávado e no concelho de Braga, em 1991, 2001 e 2011 (Fonte INE)	17

Índice de Gráficos:

Gráfico 1: Evolução da população residente no concelho de Braga (Fonte: INE (Censos 1991, 2001 e 2011))	11
Gráfico 2: População ativa e empregada no Norte, no Cávado e no concelho de Braga (Fonte: INE (Censos de 1991, 2001 e 2011))	15
Gráfico 3: Evolução dos licenciamentos de novas construções para habitações, no Cávado e em Braga (Fonte: INE (Censos 2011)).	21
Gráfico 4: Evolução dos fogos licenciados em novas habitações familiares, no Cávado e em Braga (Fonte: INE (Censos 2011))	21
Gráfico 5: Edifícios licenciados para habitação familiar e respetivos fogos criados, no concelho de Braga (Fonte: INE (Censos 2011))	22
Gráfico 6: Número de certidões para efeitos de IVA à taxa reduzida por ARU.....	45

Vereação do Pelouro Da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade

Miguel Melo Bandeira

Direção Municipal do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento

António Zamith Rosas

Departamento de Planeamento e Ordenamento Territorial

Miguel Mesquita (Engenheiro Civil)

Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana

Ana Filomena Farinhas (Arquiteta – chefe de divisão)

Ana Fernandes (Gestão do Património)

Ana Paula Araújo (Geógrafa)

Filipe Vilas Boas (Arquiteto)

Inês Calor (Arquiteta)

Joao Paulo Cunha (Geógrafo)

José Cardoso (Arquiteto)

Martinha Rocha (Engenheira do Ambiente)

Nuno Jacob (Geógrafo)

Paulo Monteiro (Sistemas de Informação para a Gestão)

Teresa Cardoso (Arquiteto)

Fátima Maia (Assistente técnica)

GLOSSÁRIO

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
ARU – Área de Reabilitação Urbana
CEP – Convenção Europeia da Paisagem
DPRRU – Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana
FCD – Fator Crítico para a Decisão
INE – Instituto Nacional de Estatística
ORU – Operação de Reabilitação Urbana
PDM – Plano Diretor Municipal
PNAP – Política Nacional de Arquitetura e Paisagem
REOT – Relatório de Estado do Ordenamento do Território
RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
SIG – Sistemas de Informação Geográfica
UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
UE – Unidade de Execução

1. Introdução

No âmbito das alterações ao novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial adiante designado RJIGT, deve o Município de Braga proceder à adaptação do plano diretor municipal em vigor publicado no aviso nº 11741/2015 de 14 de Outubro, até Junho de 2020.

A deliberação de elaboração de planos diretores municipais deve ser acompanhada de Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território, doravante designado REOT, nos termos do nº 3 do artigo 189º do decreto-lei nº 80/2015 de 14 de Maio - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

De acordo com o n.º 4 do Artigo 189.º do decreto-lei acima referido os REOT “traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.”

Pretende-se que este documento possa assumir-se como uma ferramenta de apoio à decisão que permita acionar os mecanismos adequados para a concretização da estratégia vertida no PDM.

O presente relatório corresponde ao primeiro REOT elaborado após a publicação do PDM em vigor que inicia o processo de revisão do mesmo, representado assim o primeiro exercício efetuado pelo município de Braga em termos de avaliação do estado do ordenamento do território.

O REOT corresponde assim a um processo de análise e avaliação contínua do grau de execução/implementação das estratégias de desenvolvimento territorial explanadas no PDM, que contempla o tratamento simples e claro da informação mais importante em matéria de ordenamento do território, de caráter técnico e estatístico, e a sua participação e comunicação de resultados ao público.

Com a elaboração deste REOT pretende-se analisar e avaliar a concretização dos objetivos do PDM 2015, bem como sistematizar o processo de monitorização do estado do ordenamento do território, de modo a suprimir as dificuldades sentidas até então.

Este relatório está dividido em três fases. Numa primeira fase procede-se a uma análise das dinâmicas urbanas do concelho, tendo por base os estudos de caracterização da revisão do PDM 2015. Numa segunda fase é avaliada a execução do PDM em vigor tendo em conta os objetivos estratégicos definidos para o Concelho com recurso a novos indicadores de monitorização. A terceira fase consiste numa breve abordagem à metodologia proposta para o processo de alteração por adaptação do PDM 2015 ao novo RJIGT tendo por referência a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)

Este documento será submetido a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias e, posteriormente, será sujeito à apreciação da Assembleia Municipal.

1.1. Enquadramento Legal

- Lei nº 31/2014 de 30 de Maio – Lei de Bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo

Conforme exposto na redação atual do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a reforma de lei de bases de política pública de solos, do ordenamento do território e do urbanismo definiu um conjunto de normas relativas à disciplina do uso do solo com objetivo de traduzir uma visão conjunta do sistema de planeamento e dos instrumentos de política de solos, entendidos como os instrumentos por excelência de execução dos planos territoriais.

De acordo com o artigo 5º deste diploma “todos têm o direito a um ordenamento do território racional, proporcional e equilibrado, de modo a que a prossecução do interesse público em matéria de solos, ordenamento do território e urbanismo, se faça no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos”.

Assim, a política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo estabelece os fins e princípios gerais no uso e valorização do território tendo em vista garantir o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica territorial, o reforço da coesão nacional, a contenção da expansão urbana e a edificação dispersa, o aumento da resiliência do território aos efeitos decorrentes de fenómenos climáticos extremos, a equidade na justa repartição dos benefícios e encargos, bem como, e a melhoria da qualidade de vida das populações, entre outros.

A política de solos é executada através da gestão do território com recurso a planos e programas cujos objetivos estão definidos no artigo 37º.

- Decreto-lei nº 80/2015 de 14 de Maio – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)

Desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definido o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

- Aviso nº 11741/2015 de 14 de Outubro - Plano Diretor Municipal de Braga (PDM 2015)

2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, cujo conteúdo documental essencial é composto pelo respetivo Regulamento, Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes.

O PDM 2015 é constituído pelos seguintes documentos:

a) Regulamento;

b) Planta de Ordenamento (escala 1/10 000) desdobrada nas seguintes cartas:

- i. Classificação e Qualificação do Solo;
- ii. Estrutura Ecológica Municipal;

- iii. Mobilidade (Hierarquia Administrativa da Rede Viária; Hierarquia Funcional da Rede Viária; Rede Ciclável);
- iv. Património Classificado e Inventariado — Sistema Patrimonial;
- v. Zonamento da sensibilidade ao ruído.

c) Planta de Condicionantes (escala 1/10 000) desdobrada nas seguintes cartas:

- i. Condicionantes Gerais;
- ii. Reserva Agrícola Nacional;
- iii. Reserva Ecológica Nacional;
- iv. Riscos Naturais e Antrópicos (Risco de Incêndio; Áreas ardidas);
- v. Zonas de conflito com o ruído.

O PDM 2015 é acompanhado ainda por diversos elementos que podem ser consultados [aqui](http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php/2014-11-26-09-56-54) (<http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php/2014-11-26-09-56-54>).

1.2. Objetivos

Conforme previsto na legislação em vigor, DL. 80/2015, o REOT tem como objetivo traduzir o balanço da execução dos programas e planos territoriais de modo a:

- Fornecer informação sobre o estado do ordenamento do território de 4 em 4 anos.
- Envolver os vários intervenientes, empresas municipais e demais *stakeholders* na avaliação e comunicação do estado do ordenamento do território.
- Fornecer ao Município um instrumento de apoio à caracterização e diagnóstico do território de modo a auxiliar a tomada de decisão em termos de ordenamento do território, de desenvolvimento e sustentabilidade.

2. Metodologia

A metodologia que suporta a elaboração de um REOT consiste na monitorização de indicadores previamente estabelecidos, com recurso a uma plataforma de sistemas de informação geográfica, e o posterior tratamento dos dados recolhidos.

No caso de Braga, os indicadores de monitorização foram estabelecidos no processo de revisão do PDM 2015 aquando da elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

Para a realização do presente relatório foram considerados os dados dos censos de 2011 e os estudos de caracterização efetuados para a revisão do PDM (suportados pelos censos de 2001 e 2011), atualizados com dados de fontes oficiais, sempre que possível.

No entanto, o curto prazo de vigência do atual PDM e a inexistência de uma plataforma interna de sistemas de informação geográfica, refletiu-se na dificuldade de recolha de dados. Para obtenção da informação, procedeu-se à recolha da informação existente e dispersa nos vários serviços do município.

3. Dinâmicas Urbanas

Apesar de se considerar que o REOT deve ser um documento de avaliação de caráter geral, a curta duração da execução do PDM 2015 limita este estudo em termos de evolução demográfica, social, económica e urbanística.

De forma a enquadrar os temas que serão avaliados neste relatório o presente capítulo integra extratos dos estudos de caracterização desenvolvidos no processo de Revisão do PDM de Braga, com recurso ao último processo de recenseamento da população e da habitação de 2011.

Uma vez que decorreram apenas 6 anos após o recenseamento e cerca de 2 anos após a publicação do PDM, considera-se que estes estudos podem servir de base à caracterização atual do concelho, pois foram sendo atualizados sempre que as fontes oficiais disponibilizaram dados. Todos os estudos de caracterização podem ser consultados [aqui](http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php/2014-11-26-09-57-29) (<http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php/2014-11-26-09-57-29>).

3.1. Caracterização demográfica

O concelho de Braga está localizado na região Noroeste de Portugal continental inserindo-se na NUT II (Norte) e na NUT III (Cávado), e é capital de distrito composto por 14 concelhos, distribuídos por três Sub-regiões: Ave – integra os municípios de Fafe, Guimarães, Póvoa do Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, e Vizela; Cávado – integra os municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, e Vila Verde; e Tâmega – Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto.

Geograficamente, Braga apresenta uma posição central relativamente a todos os concelhos do distrito potenciando o seu efeito polarizador e assumindo-se como um centro estruturador e prestador de serviços do noroeste.

Relativamente ao concelho do Porto, encontra-se a cerca de 50km da sua zona central, e a 39km do “Aeroporto Sá Carneiro” localizado no concelho da Maia (freguesia de Moreira). Este aeroporto é a infraestrutura aérea de ligação internacional que se encontra mais próxima do concelho de Braga de todas as existentes em Portugal.



Figura 1: Mapa dos concelhos do distrito de Braga

O concelho é constituído por 37 freguesias e uniões de freguesia, perfazendo uma área aproximada de 183,4 km², inserindo-se numa região densamente povoada, sendo ladeado a Norte, pelos concelhos de Vila Verde e Amares, a Nordeste e Este pela Póvoa de Lanhoso, a Sul e Sudoeste pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão e Guimarães e a Oeste pelo concelho de Barcelos.

O perímetro urbano integra parte ou a totalidade de 24 freguesias, abrangendo uma área de 43,6 km², localizando-se na zona central do concelho, estendendo-se para Norte, Este e Sudoeste.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) definiu 7 freguesias como cidade, designadamente: Sé, São João do Souto, Cividade, São Victor, São Vicente, São Lázaro e Maximinos. Estas localizam-se na área central, integrando o centro histórico e as áreas de crescimento urbano contíguo, onde reside grande parte da população.

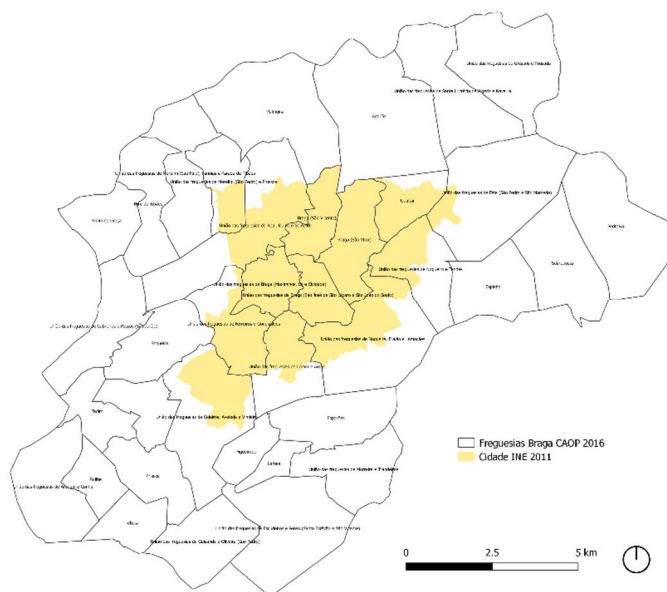


Figura 2: Identificação das freguesias do concelho de Braga

3.1.1. Evolução da população

	População Residente				Variação (%)		
	1981	1991	2001	2011	1981/1991	1991/2001	2001/2011
Portugal	8684000	9867147	10329340	10555853	13,6	4,7	2,2
Norte	3410099	3472715	3687293	3689713	1,8	6,2	0,1
Cávado	328938	353267	393063	410608	7,4	11,3	4,5
Braga	125454	141256	164192	181474	12,6	16,2	10,7
Cidade (7)	46452	57669	68832	71715	24,1	19,4	4,2

Tabela 1: Evolução da população residente em Portugal, no Norte, no Cávado e no concelho de Braga (Fonte: INE (Censos 1981, 1991, 2001 e 2011))

Braga apresenta um crescimento demográfico mais acentuado comparativamente com a região norte e sub-região do Cávado. A população residente em Braga corresponde a 44% da população residente na sub-região do Cávado.

Apesar do aumento demográfico em todas as unidades territoriais, denota-se um abrandamento dos ritmos de crescimento relativamente à década anterior, sendo mais acentuado no Norte.

População Residente					
Concelhos	1991	2001	2011	Variação (%)	
				(1991/2001)	(2001/2011)
Braga	141256	164192	181474	16,2	10,5
Guimarães	143984	159576	158108	10,8	-0,9
Vila Nova de Famalicão	114338	127567	133804	11,6	4,9
Barcelos	111733	122096	120492	9,3	-1,3
Vila Verde	44056	46579	47768	5,7	2,6
Póvoa de Lanhoso	21516	22772	21895	5,8	-3,9
Amares	16715	18521	18886	10,8	2,0
Total	593598	661303	682427	11,4	3,2

Tabela 2: População residente e respetiva variação em Braga e concelhos limítrofes (Fonte: INE (Censos 1991, 2001 e 2011))

Geograficamente Braga integra-se numa área composta por um conjunto de concelhos que compõem a estrutura urbana policêntrica da região do noroeste. Estas cidades de média dimensão, de acordo com o seu grau de especialização, estabelecem relações estreitas entre si em termos económicos, sociais, prestação de serviços e comércio.

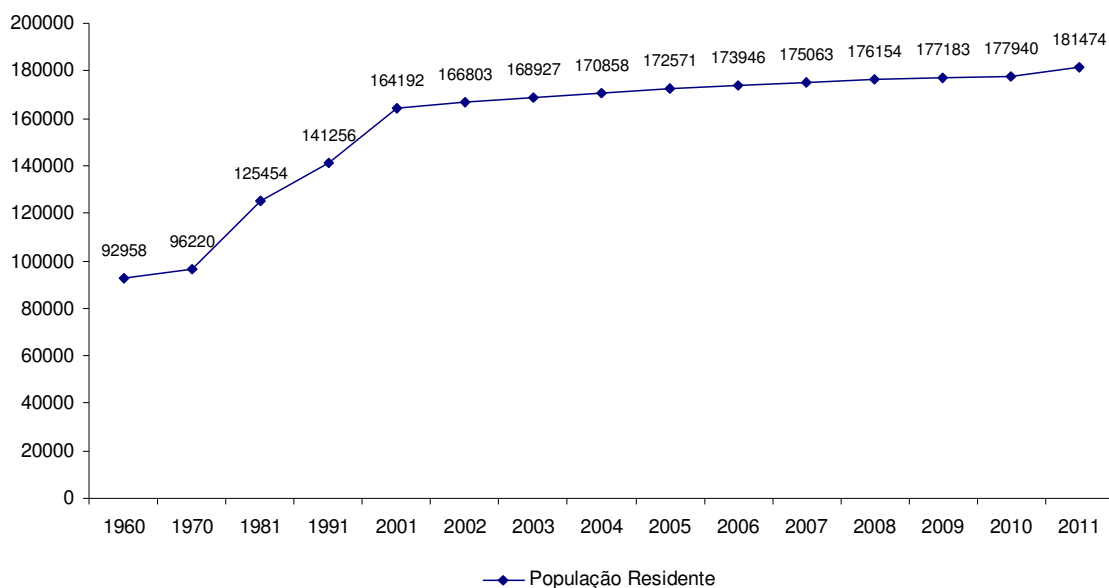


Gráfico 1: Evolução da população residente no concelho de Braga (Fonte: INE (Censos 1991, 2001 e 2011))

A população de Braga apresenta uma distribuição heterogénea, evidenciando uma concentração dos residentes na área central correspondendo à área de cidade. Este facto resulta da evolução histórica de ocupação urbana que remonta aos primórdios da ocupação da cidade romana e medieval que se estende até aos dias de hoje.

No entanto, em 2011, observa-se uma diminuição da percentagem dos residentes nesta área relativamente ao restante concelho (39,5%).

Esta tendência deve-se sobretudo ao aumento demográfico em algumas freguesias mais periféricas, indiciando uma expansão do núcleo urbano para além das 7 freguesias tradicionais (São Vitor, São Vicente, São Lázaro, São João de Souto, Maximinos, Sé e Cidade). Este alargamento permite incluir 10 novas freguesias às 7 freguesias da cidade tradicional (Dume, Ferreiros, Fraião, Gualtar, Lamações, Lomar, Nogueira, Nogueiró, Real e Tenões). Em conjunto, em 2011, a “cidade alargada a 17” (7 tradicionais + 10 novas freguesias) contem 119150 residentes aumentando 14% relativamente a 2001 e representando 66% da população do concelho.

O concelho apresenta, entre 2001 e 2011, uma área contínua de expansão urbana e populacional que se desenvolve em anel a Sul do centro da cidade estendendo-se para Norte.

Estes dados traduzem o despovoamento do centro histórico. Esta tendência não é recente e já se fazia sentir na década anterior sustentada entre outros fatores, pelo envelhecimento da população, pela crescente “terciarização do centro histórico” e pelo adensar dos problemas de salubridade do edificado.

Os dados relativos à população residente permitem aferir uma mudança na estrutura de ocupação do território, onde assumem maior importância as freguesias periféricas contíguas à cidade tradicional, acentuando a tendência de dispersão populacional e de alargamento do núcleo urbano. Esta ocupação é sustentada pela melhoria de vias de comunicação e tende a privilegiar o uso do automóvel privado e o aumento dos movimentos pendulares e respetivos problemas ambientais e de qualidade de vida associada ao mesmo.

A execução das medidas previstas em termos de mobilidade sustentável no PDM 2015 pretendem inverter a tendência através de medidas regulamentares e de intervenção física que retirem privilégios à circulação automóvel e beneficiem a utilização de modos ativos e transporte coletivo, conforme previsto no regulamento, na planta da rede Ciclável e nos estudos de mobilidade.

3.1.2.Densidade Populacional

O concelho de Braga apresenta uma densidade populacional crescente acompanhando a evolução da população residente. Em 2011, a densidade média é superior à média nacional (114 hab/ km²) e à verificada nas restantes unidades territoriais.

Densidade Populacional (hab/Km2)						
Concelhos	Área (km ²)	1991	2001	2011	Variação (%)	
					(1991/2001)	(2001/2011)
Braga	183,4	770,2	895,3	989,5	16,2%	10,5%
Guimarães	241,3	596,7	661,3	655,2	10,8%	-0,9%
Vila Nova de Famalicão	201,7	566,9	632,5	663,4	11,6%	4,9%
Barcelos	378,9	294,9	322,2	318,0	9,3%	-1,3%
Vila Verde	228,7	192,6	203,7	208,9	5,7%	2,5%
Póvoa de Lanhoso	132,5	162,4	171,9	165,2	5,8%	-3,9%
Amares	82	203,8	225,9	230,3	10,8%	2,0%

Tabela 3: Densidade populacional e respetiva variação, Braga e Concelhos limítrofe (Fonte: INE (Censos 1991, 2001 e 2011))

Comparativamente com os concelhos mais próximos, Braga evidencia uma densidade populacional mais elevada e com tendência para acentuar essa disparidade. Ao contrário do contexto urbano do Noroeste de Portugal muito marcada pela dispersão urbana e populacional, Braga caracteriza-se por uma ocupação marcada pela concentração na sua área central e contígua ao centro histórico (cidade).

Segundo os Censos de 2011, Braga apresenta uma densidade média de 989,5 habitantes por km², representando um aumento de 10,5% relativamente a 2001. Este acréscimo foi bastante inferior ao que se assistiu no período 1991/2001, sendo o reflexo da diminuição dos ritmos de crescimento populacional.

As 7 freguesias da cidade apresentam uma densidade de 5583,7 hab/km², valor bastante superior à média do concelho, confirmando a concentração populacional e urbana, bem como uma distribuição geográfica dos residentes bastante desigual relativamente às freguesias mais periféricas.

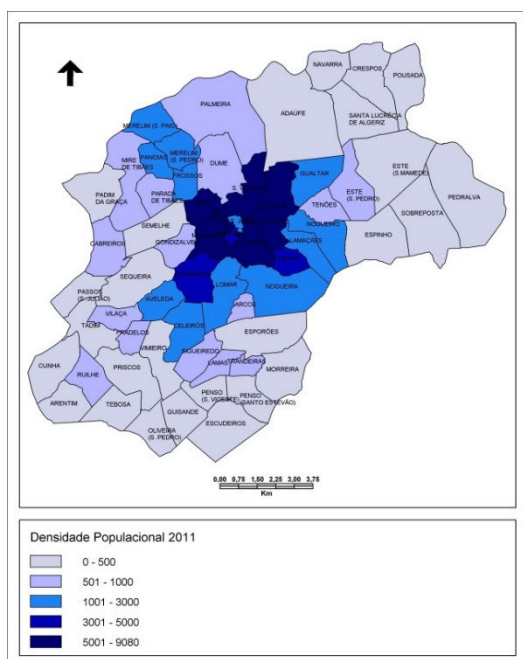


Figura 3: Densidade populacional por freguesias do concelho de Braga, em 2011 (Fonte: INE (Censos 2011)).

A evolução da densidade populacional está intimamente relacionada com a evolução da população residente em cada freguesia evoluindo no mesmo sentido.

Entre 2001 e 2011, algumas freguesias que integram totalmente ou parcialmente o centro histórico registam perdas na densidade populacional. A freguesia da Cidade regista as perdas mais acentuadas do concelho (-1540 hab/km²). Esta tendência repete-se em São João do Souto (-796,2 hab/km²), Sé (-618,9 hab/km²) e São Lázaro (-577,9 hab/km²).

Os acréscimos mais significativos da densidade populacional ocorrem nas freguesias urbanas contíguas à cidade, que constituem as novas áreas de expansão urbana, nomeadamente em Fraião (+2027,9 hab/km²), Real (+1851 hab/km²) e S. Victor (+1074 hab/km²).

A área central e histórica, nomeadamente as freguesias de São João do Souto e Cidade, apresentam o índice de envelhecimento mais elevado do concelho (1313% e 243%, respetivamente), evidenciando uma população bastante idosa e uma ausência de jovens.

Os fatores que podem justificar o envelhecimento demográfico do centro histórico e a sua pouca atratividade para os estratos mais jovens da população são os seguintes:

- ✓ Maior oferta de habitações novas a preços acessíveis noutras freguesias próximas do centro da cidade;
- ✓ Ocupação, transformação e adaptação dos edifícios por parte de atividades económicas nomeadamente os serviços e o comércio;
- ✓ Degradação do edificado e do parque habitacional;
- ✓ Elevado preço do solo e das rendas dos edifícios reabilitados;
- ✓ Necessidade de avultados investimentos em obras de remodelação do edificado;
- ✓ Elevado peso da população idosa residente nestas freguesias sem capacidade económica para renovar as suas habitações;
- ✓ Grande quantidade de edifícios alugados a rendas baixas muitos deles em avançado estado de degradação;
- ✓ Dificuldades em termos de estacionamento para os residentes. O existente é disponibilizado em parques para automóveis ou zonas pagas;
- ✓ Aumento da área pedonal e consequente impedimento do trânsito automóvel nestes espaços;
- ✓ Ausência de residentes;
- ✓ Tendência social que dá prioridade às novas habitações em detrimento das reabilitações ou reconstruções de edifícios

3.2. Caraterização socioeconómica

3.2.1. População ativa empregada

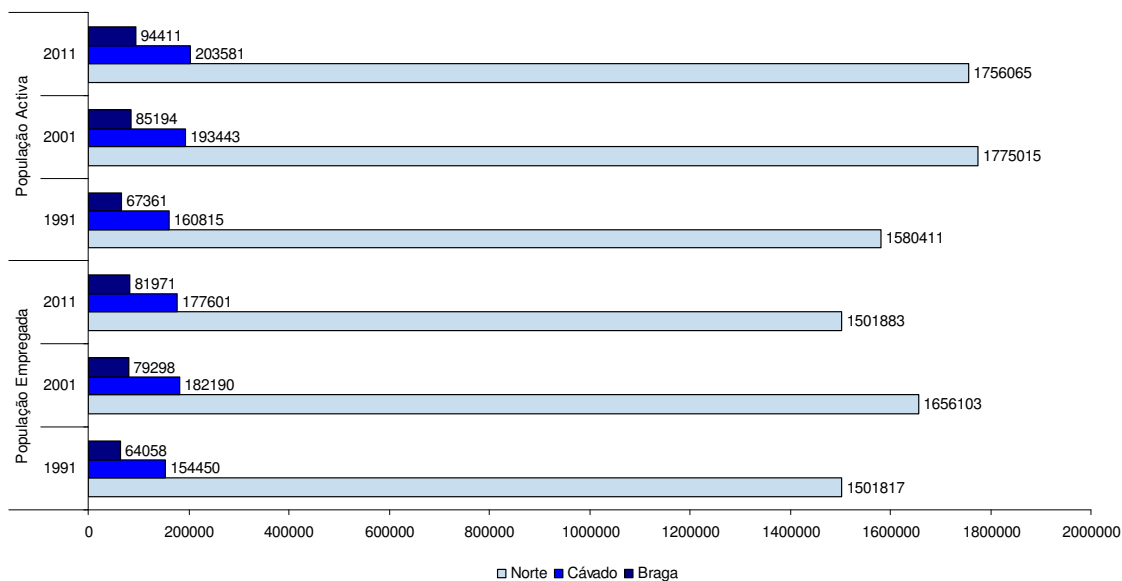


Gráfico 2: População ativa e empregada no Norte, no Cávado e no concelho de Braga (Fonte: INE (Censos de 1991, 2001 e 2011))

A população ativa de Braga em 2011 atinge os 94411 indivíduos (52% da população residente), representando um crescimento de 10,8% relativamente a 2001 (entre 1991 e 2001 atingiu os 26,5%), taxa superior à registada no Norte (perdeu ativos -1,1%) e no Cávado (5,2%).

O concelho concentra 46% dos ativos da unidade territorial do Cávado e 5,4% da região Norte, revelando a sua importância como centro empregador e dinamizador de toda a região. Esta tendência tem vindo a acentuar-se nas últimas décadas (em 2001 este valor representava 44% e 4,8% respetivamente).

A população empregada, por sua vez, representa 87% da população ativa, aumentando 3,4% relativamente à década anterior, passando de 79298 para 81971 indivíduos. Esta variável evolui no sentido inverso ao verificado no Norte e no Cávado uma vez que em ambos os casos se assiste à sua diminuição (9,3% e 2,5% respetivamente).

	População Empregada – 2011						
	Total	Empregador	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar não remunerado	Trabalhador por conta de outrem	Membro de cooperativa de produção	Outra situação
Portugal	4361187	459123	286090	24130	3540336	2157	49351
Norte	1501883	156436	99550	9663	1220150	805	15279
Cávado	177601	19792	11715	1260	142818	94	1922
Braga	81971	8351	4519	273	67762	35	1031

Tabela 4: População empregada por situação na profissão (Fonte INE)

A grande maioria da população empregada que residente no concelho (83%) exerce a sua atividade por conta de outrem. Os empregadores representam 10% e os trabalhadores por conta própria atingem os 5,5% dos empregados.

3.3. | Caraterização do edificado

A concentração urbana e populacional nas freguesias da cidade é uma característica de Braga. A existência de uma maior quantidade de alojamentos nesta área da cidade sustenta a distribuição demográfica.

	Norte			Cavado			Braga		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Total de Edifícios	978155	1100329	1209830	91268	105772	124403	28312	32780	38881
Exclusivamente Residenciais	965446	989860	1117269	83335	94390	115973	25892	29148	35514
Principalmente Residenciais	93596	99918	84729	6850	10335	7493	2142	3300	3034
Principalmente não residenciais	12709	10551	7832	1083	698	937	278	220	333

Tabela 5: Edifícios segundo a sua função no Norte, no Cávado e no concelho de Braga, em 1991, 2001 e 2011 (Fonte INE)

Segundo os Censos 2011, existem em Braga 38881 edifícios fruto de um aumento em 19% relativamente a 2001 (+6101 edifícios), superiorizando-se à taxa averbada no período anterior (15,8%). O ritmo de construção de novos edifícios durante a última década é superior ao verificado no Norte (10%) e no Cávado (17,6%).

No que respeita à funcionalidade dos edifícios, cerca de 91% destes apresenta unicamente a função residencial (+2,42% que em 2001), e 7,8% têm a função residencial associada a outra função (-2,26% que em 2001). Os edifícios que apresentam a sua função principal distinta da residencial são pouco significativos, constituindo na sua maioria pavilhões destinados a indústria, armazéns e comércio.

	Norte			Cávado			Braga		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Alojamentos Familiares	1284120	1611843	1847707	119024	159902	190240	47813	70268	84514
Alojamento Familiar de Residência Habitual	978982	1182065	1320817	89690	114944	136017	37156	50263	63222
Alojamento Familiar de Uso Sazonal ou Secundário	171210	255800	324479	17411	27838	35144	5183	9651	10661
Alojamentos Vagos	128756	167292	202411	11601	16540	19079	5389	10121	10631
Alojamentos Coletivos	3600	1938	3106	442	206	362	162	121	161
Famílias Clássicas Residentes	1002640	1210631	1331066	92314	117094	137354	38362	51173	63993
Alojamentos por Família	1,3	1,3	1,4	1,3	1,4	1,4	1,2	1,4	1,3
Alojamentos por Edifício	1,3	1,5	1,5	1,3	1,5	1,5	1,7	2,2	2,2
População Residente por Alojamento Familiar de Residência Habitual	3,5	3,1	2,8	3,9	3,4	3,0	3,8	3,3	2,9

Tabela 6: Tipificação da ocupação dos alojamentos no Norte, no Cávado e no concelho de Braga, em 1991, 2001 e 2011 (Fonte INE)

O parque habitacional, expresso pela quantidade de alojamentos familiares, tem aumentado, apesar do abrandamento sentido comparativamente com o período de 1991-2001. De acordo com censos de 2011, existem no concelho 84514 alojamentos familiares, mais 20% do que em 2001 (+14246 alojamentos). Esta taxa é superior à registada no Norte (+14,6%) e no Cávado (19%).

Em 2011, os alojamentos sem famílias residentes permanentes (segunda habitação ou vagos), representam cerca de 25% dos alojamentos familiares.

Em 2011, existe uma média de 2,2 alojamentos familiares por edifício, sendo este valor superior ao registado no Norte e no Cávado (1,5). Considerando apenas as freguesias da cidade este valor assume uma maior importância atingindo os 4,9 alojamentos familiares por edifício, demonstrador da concentração urbana e de uma maior importância da construção de desenvolvimento vertical existente nesta área.

Por outro lado, existem 1,3 alojamentos familiares para cada família, valor ligeiramente inferior ao registado no Norte e no Cávado (1,4). Este valor permite concluir que ainda existe capacidade para se receber novas famílias em Braga.

Se efetuarmos uma comparação entre a população residente e os alojamentos familiares de residência habitual, vivem em média 2,9 pessoas por residência, valor semelhante ao do Norte e do Cávado.

Considerando que em média cada alojamento familiar de residência habitual possui aproximadamente 3 indivíduos, em 2011 o parque habitacional tem capacidade para receber 253542 indivíduos.

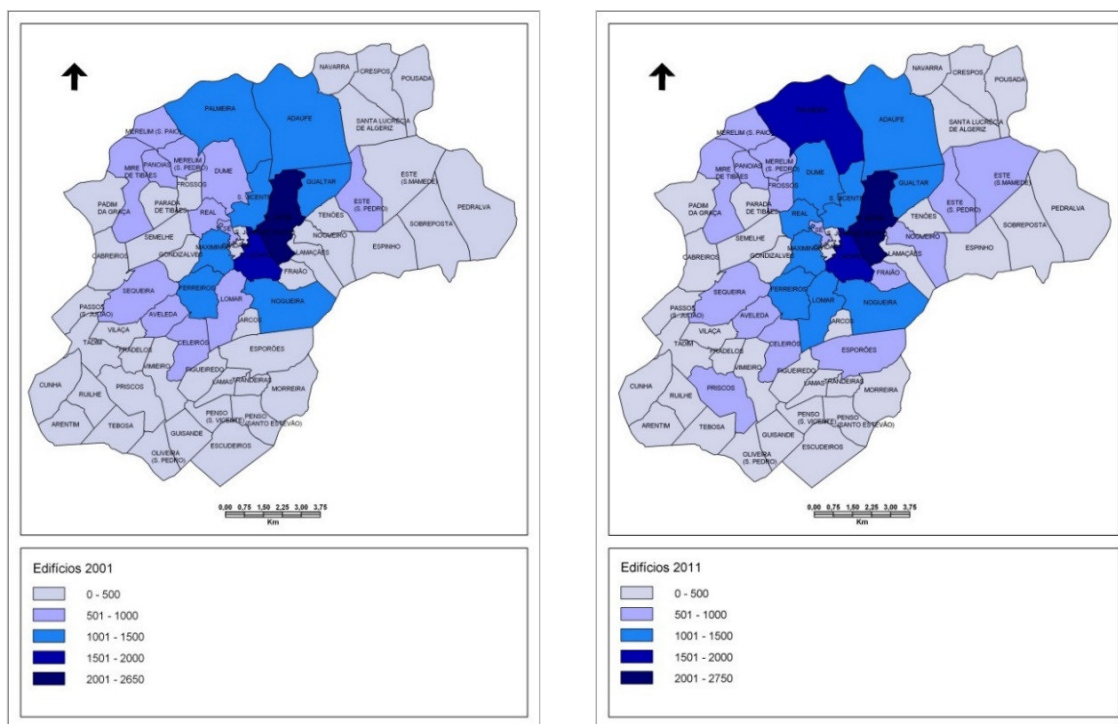


Figura 4: Distribuição dos edifícios por freguesias do concelho de Braga, em 2001 e 2011 (Fonte: INE (Censos 2001 e 2011))

As freguesias urbanas contíguas ao centro histórico apresentam a maior quantidade de edifícios e de alojamentos familiares, traduzindo a importância da função residencial nesta área.

Segundo os Censos de 2011, as 7 freguesias da cidade contabilizam 7739 edifícios (apenas mais 62 edifícios do que em 2001), correspondendo a 20% do edificado existente, e acolhendo 39,5% da população residente no concelho.

O facto de existir apenas 62 novos edifícios revela a consolidação urbana da cidade que implicou o crescimento urbano nas freguesias contíguas.

Atualmente, devido à consolidação e à ocupação do solo nas áreas centrais da cidade, assiste-se ao alargamento do núcleo urbano, sendo significativo que, entre 2001 e 2011, a maior quantidade de novos edifícios ocorreu em Gualtar (469 edifícios), Palmeira (431 edifícios), Lomar (310 edifícios) e Fraião (303 edifícios).

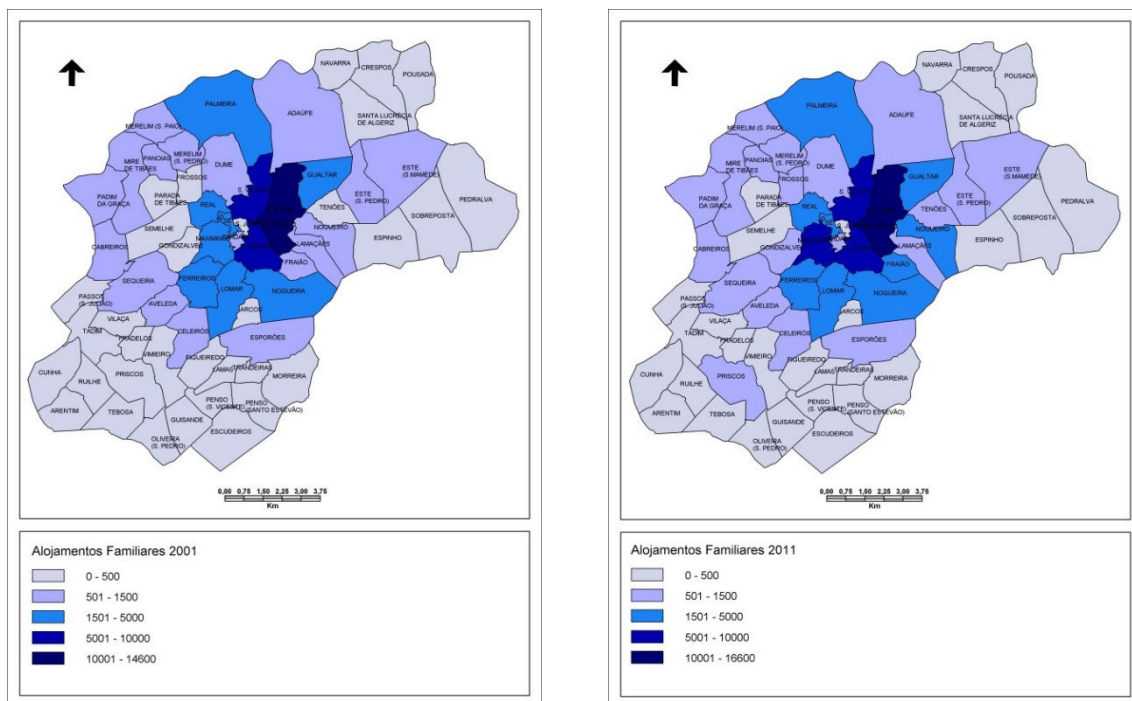


Figura 5: Distribuição dos alojamentos por freguesias do concelho de Braga, em 2001 e 2011
Fonte: (INE (Censos 2001 e 2011))

À medida que nos afastamos da cidade, a quantidade de edifícios e de alojamentos familiares vai diminuindo.

As 7 freguesias da cidade apresentam 38180 alojamentos familiares (mais 3372 alojamentos familiares relativamente a 2001), correspondendo a 45% dos alojamentos familiares do concelho.

As freguesias que registam os acréscimos mais significativos de novos alojamentos familiares durante a última década são, São Victor (2001), Fraião (1352), Gualtar (1180) e Real (1074), constituindo as novas áreas de expansão urbana.

A área compreendida entre Fraião e Gualtar apresenta um aumento dos alojamentos familiares superior a 50%. No caso de Fraião, os alojamentos familiares aumentaram cerca de 180%.

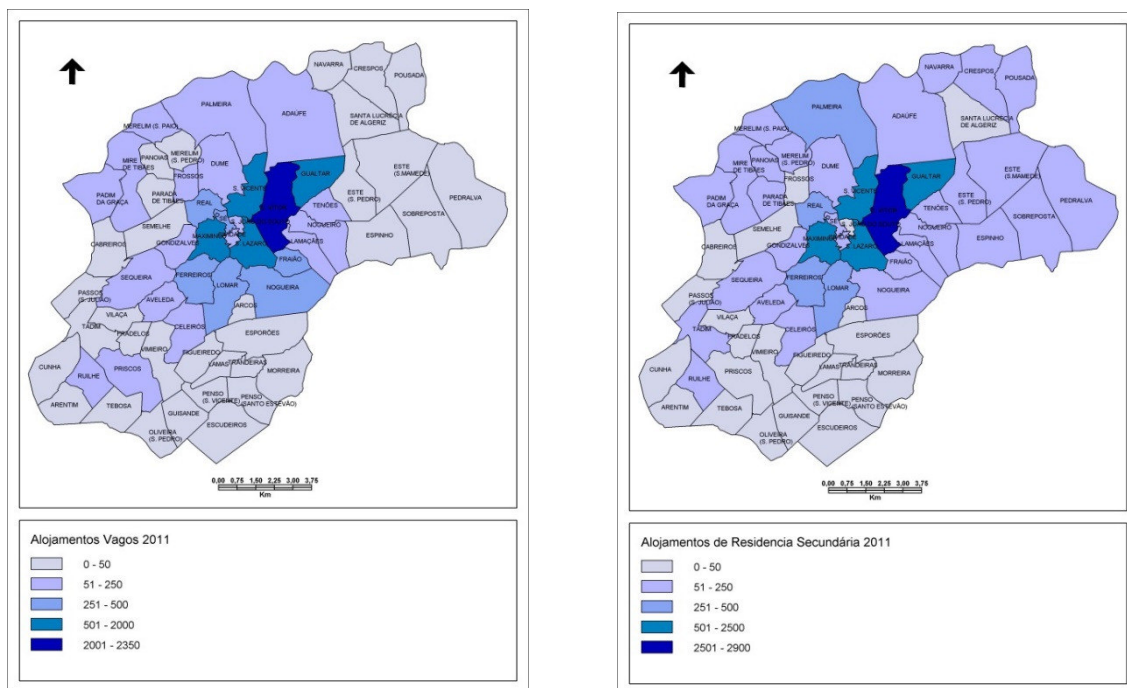


Figura 6: Alojamentos familiares vagos por freguesias do concelho de Braga, em 2011 e alojamentos familiares de residência secundária por freguesias do concelho de Braga, em 2011 (Fonte: INE (Censos 2011))

Observando a distribuição dos alojamentos vagos ou de segunda residência em Braga, verificamos que predominam sobretudo na área central (freguesias da cidade), diminuindo nas freguesias mais periféricas. A coincidência entre a maioria da população residente e a maior disponibilidade de alojamentos familiares desocupados, tende a reforçar a concentração demográfica.

Em conjunto as 7 freguesias da cidade apresentam em média 5668 alojamentos vagos (menos 656 alojamentos vagos que em 2001), correspondendo a 53,3% dos alojamentos vagos do concelho. Ao mesmo tempo, 5513 alojamentos familiares são utilizados como residência secundária (53,7% da totalidade de residências secundárias).

O peso dos alojamentos de segunda habitação no total de alojamentos familiares é mais significativo nas freguesias mais rurais e periféricas ao núcleo urbano (Nordeste), destacando-se Navarra onde este tipo de alojamento representa 31,9% dos seus alojamentos familiares.

3.3.1. Licenças concedidas

3.3.1.1. Construção de novas habitações

No sentido de se perceber a vitalidade construtiva verificada na sub-região do Cávado e no concelho de Braga, entre 1995 e 2011, procedeu-se à análise do número de edifícios licenciados para a construção de novas habitações familiares.

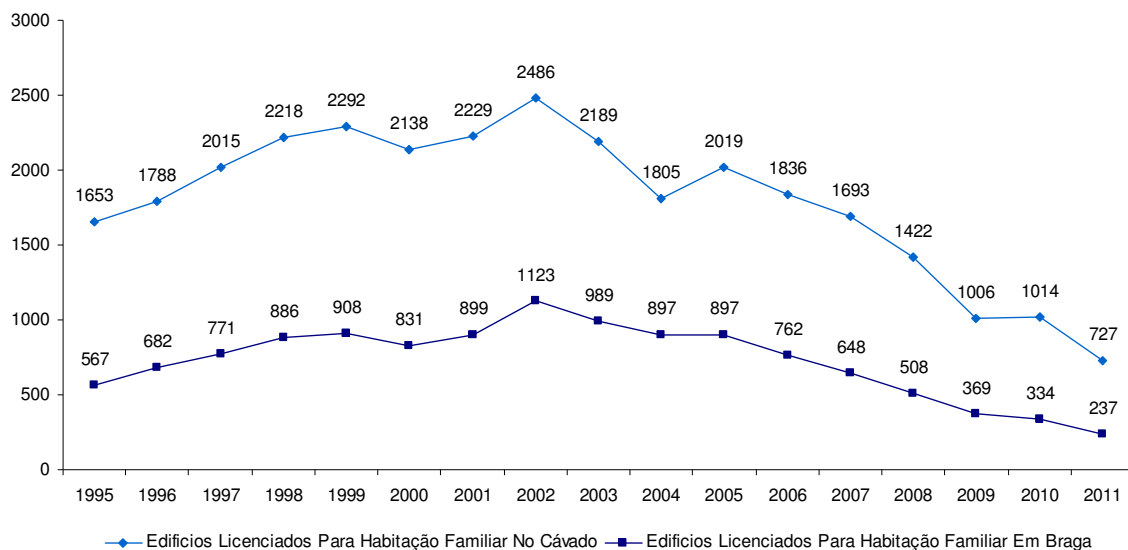


Gráfico 3: Evolução dos licenciamentos de novas construções para habitações, no Cávado e em Braga (Fonte: INE (Censos 2011)).

Os licenciamentos para a construção de novas habitações familiares, em Braga, têm apresentado períodos de evolução distintos, similar ao Cávado. No ano seguinte à revisão do PDM em 2001, verificou-se um acréscimo das habitações licenciadas, sendo praticamente o dobro dos registados em 1995.

Após o ano de 2002, as licenças para novas edificações habitacionais diminuíram gradualmente entre este ano e 2011, até 79% (apenas 237 licenças), chegando a um mínimo de 103 em 2013.

Em 2015 emitiram-se 208 licenças para construção de habitação familiar e em 2016 foram emitidas 324. Apesar da diminuição registada entre 2001 e 2011, a partir de 2015 observa-se uma retoma na economia e um investimento na área da construção e parque habitacional.

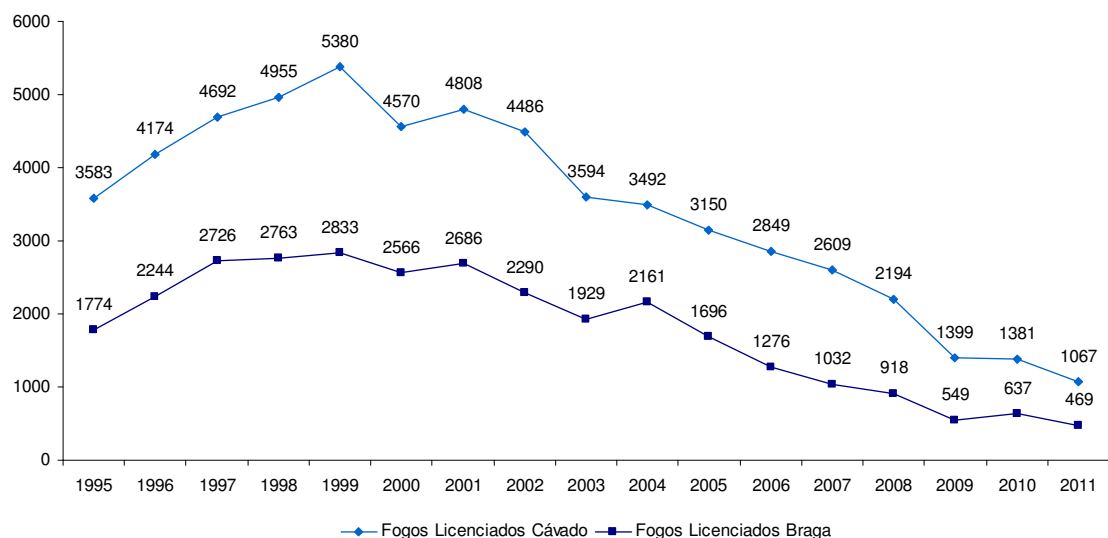


Gráfico 4: Evolução dos fogos licenciados em novas habitações familiares, no Cávado e em Braga (Fonte: INE (Censos 2011))

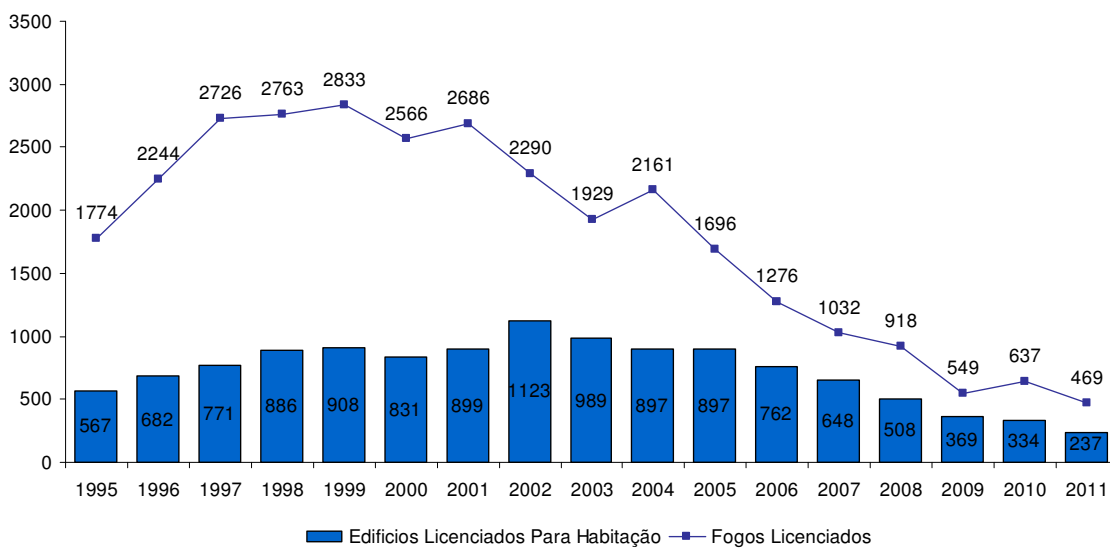


Gráfico 5: Edifícios licenciados para habitação familiar e respetivos fogos criados, no concelho de Braga (Fonte: INE (Censos 2011))

Tendo em atenção que em 2001 (Censos), existiam 70389 alojamentos familiares, previa-se que caso fossem executadas as habitações licenciadas entre 2002 e 2011 (12957 fogos), em 2011, o concelho apresentaria 83346 alojamentos.

Segundo os censos de 2011 contabilizaram-se na realidade a existência de 84514 alojamentos familiares.

Desde 2016, este valor aumentou em 1263 perfazendo atualmente um total de 85777 alojamentos familiares.

4. PDM 2015

O PDM é o instrumento de gestão territorial que assegura a execução dos desígnios do município para o território.

É através das opções de um plano desta natureza que é possível alcançar o desenvolvimento estratégico, sustentável e de carácter competitivo que se espera para o modelo de cidade do séc. XXI.

Assim, para se proceder à avaliação do estado do ordenamento do território é necessário analisar e avaliar o grau de execução do PDM de Braga.

A revisão do PDM de 2015 teve por base um modelo estratégico de desenvolvimento territorial que procurou reforçar o carater centrípeto da cidade privilegiando as ações de consolidação urbana de modo a melhor rentabilizar as infraestruturas existente e contrariando o crescimento disperso.

Este modelo prevê uma valorização dos espaços verdes públicos através da introdução da Estrutura Ecológica Municipal, com o objetivo de promover o *continuum naturale* em espaços menos rurais. Prevê ainda a criação de uma extensa rede dedicada aos modos suaves.

Atendendo à conjuntura económica, o plano procura potenciar uma maior atração de empresas e uma maior apetência para a captação de desenvolvimento económico.

O PDM assenta assim no desenvolvimento do Concelho em 4 domínios estratégicos:

- ✓ “Braga, um município onde queremos viver”
- ✓ “Braga, um concelho que queremos visitar”
- ✓ “Braga, um terreno para investir”
- ✓ “Braga, rumo à centralidade ibérica”

Os domínios estratégicos são compostos por objetivos específicos que concretizam os desígnios do Município:

- ✓ “Braga, um município onde queremos viver”
 - Promover a Imagem da Cidade
 - Reordenar o território (sem acréscimo da área total de solo urbano)
 - Garantir a adequada programação da Ocupação Urbana
 - Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal
 - Conter a Dispersão
 - Reforçar a Identidade dos Núcleos Urbanos Periféricos
 - Proteger e valorizar o Sistema de Vistas
 - Promover uma mobilidade sustentável
 - Consolidar a Rede de Equipamentos
- ✓ “Braga, um concelho que queremos visitar”
 - Fomentar o Investimento Turístico nas diversas vertentes
 - Renovar metas de crescimento Turístico visando o Turismo Global

- Fomentar o turismo como fator de desenvolvimento económico
 - Incorporar estratégias de preservação e valorização do património
 - Valorizar as Unidades de Paisagem
 - Implementar um Plano de Imagem e Comunicação Concelhio
 - Definir um modelo de cooperação em rede com os destinos mais próximos
 - Otimizar a mobilidade turística
- ✓ **Braga, Um Território Para Investir**
- Potenciar a atração de Empresas no Concelho
 - Dotar o Concelho de uma nova área de localização empresarial
 - Modernizar as Áreas Industriais Existentes
 - Estimular a Relocalização de Empresas no Espaço Industrial
 - Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B., Associações Empresariais, Escolas de Formação Profissional, Instituto Ibérico de Nanotecnologia, Empresas T.I.C., etc.
 - Aproximar o tecido empresarial do Aeroporto Sá Carneiro e Porto de Leixões
- ✓ **Braga, Rumo à Centralidade Ibérica**
- Reforçar o papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Pólis XXI)
 - Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supramunicipal
 - Reforçar o papel da Cidade nos Domínios das T.I.C., Educação e Formação Profissional
 - Reforçar as Vertentes histórica, cultural e turística

4.1. Indicadores de monitorização do PDM – fundamentação da necessidade de rever os indicadores

É através da avaliação de indicadores previamente estabelecidos que é possível aferir o grau de concretização dos objetivos estratégicos.

A par do processo de revisão do PDM procedeu-se à elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica, doravante designada por AAE, onde se estabeleceu a metodologia de monitorização do PDM com a definição dos indicadores que permitem monitorizar o grau de execução/implementação das estratégias estabelecidas.

O processo de AAE foi desenvolvido pela mesma equipa que efetuou a revisão do PDM, apresentando as propostas de qualificação do solo ao mesmo tempo que avaliou e definiu as bases orientadoras do processo de avaliação e monitorização do PDM, tanto na fase de proposta como na avaliação da execução futura.

Todo o processo de AAE pode ser consultado [aqui](http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php/avaliacao-ambiental-estrategica) (<http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php/avaliacao-ambiental-estrategica>).

Tendo sido o primeiro exercício realizado no Município de Braga, com alguma inexperiência e ao mesmo tempo ambição, na implementação do SIG interno que viria a dar apoio à monitorização, a equipa definiu um extenso conjunto de indicadores (150) de avaliação e monitorização.

Após dois anos da publicação do PDM e face à dificuldade sentida na obtenção de dados, procedeu-se à adaptação do processo de monitorização, mantendo os domínios e os objetivos estratégicos e reduzindo os indicadores para um conjunto mensurável (36) agrupados em 5 Fatores Críticos para a Decisão (FCD) (Governança, Ordenamento do Território, Património, Recursos Naturais e Ambiente, desenvolvimento Socioeconómico e Mobilidade e Acessibilidade).

4.2. Apresentação do novo conjunto de indicadores

Na seguinte tabela apresentam-se os indicadores selecionados para efetuar a avaliação do Estado do Ordenamento do Território. Estabeleceram-se para esta avaliação períodos temporais, referentes aos anos de 2011 (data do último ato de recenseamento da população), 2015 (ano referente à publicação do PDM), 2016 e 2017 (anos de execução do PDM 2015).

FCD	Tema - chave	Indicador	Unidade		DATA								Fonte	Periodicidade
					2011		2015		2016		2017			
Governança	Stakeholders	Nº de reuniões com stakeholders, ONG, privados	Nº		192		192		284		155		CMB/ Vereação Urbanismo	Anual
	Participação	Nº de Participações (e-mail, site, etc)	Nº		4		11		25		21		CMB/ DPRRU	Anual
	Formação e sensibilização	Nº de participação dos técnicos em ações formação e sensibilização	Nº		0		0		25		13		CMB/ DPRRU	Anual
Ordenamento do território	Consolidação do espaço urbano	Nº de licenças emitidas para reabilitação	Nº		2		69		130		s/d		CMB/ DGU	Anual
		Nº de licenças emitidas para novas construções	Nº		276		163		241		s/d		CMB/ DGU	Anual
	Valorização do setor primário	Nº de ativos no setor primário	Nº		637*		s/d		s/d		s/d		INE	
		Nº de empresas no setor primário	Nº		195		527*		s/d		s/d		INE	Anual
		Ações de reflorestação/rearborização	Nº		s/d		6		4		4		CMB/ICNF	Anual
		Nº de explorações pecuária	Nº		s/d		469		s/d		480		CAVAGRI	Anual
		Nº de Projetos de investimento no setor agrícola	Nº		26		0		29		34		DRAPN	Anual
Desenvolvimento Socio-Económico	Empregabilidade	VAB por setor	M€	Primário	0		2.894		s/d		s/d		INE/PORDATA	Anual
				Secundário	548.718		489.554		s/d		s/d		INE/PORDATA	Anual
				Terciário	600.395		639.193		s/d		s/d		INE/PORDATA	Anual
		Taxa de ocupação das zonas industriais	%		s/d		70%		s/d		s/d		CMB	Anual
		População empregada por setor	Nº	Primário	s/d		637		s/d		s/d		INE	*
				Secundário	25969		22012		s/d		s/d		INE	*
				Terciário	104.366		38187		s/d		s/d		INE	*
	Empresas por setor	Nº	Primário	195		527		s/d		s/d		INE	*	
			Secundário	2.946		2.591		s/d		s/d		INE	*	
	Terciário		15.868		15.592		s/d		s/d		INE	*		
Atratividade turística	Nº de visitantes no Posto de Turismo	Nº		120.678		212.553		268.476		s/d		CMB	Anual	
	Nº de dormidas no Parque de Campismo	Nº		7.320		11.693		16.385		s/d		CMB	Anual	
Património, Recursos Naturais e Ambiente	Centro histórico e património arquitetónico e arqueológico	Nº de intervenções no edificado e espaço público	Nº		37		29		25		s/d		CMB/ DCH	Anual
		Nº de intervenções arqueológicas	Nº		20		20		17		s/d		CMB/ DCH - S. ARQO	Anual
		Nº de ações de sensibilização e divulgação	Nº		10		18		22		s/d		CMB/ DCH - S. ARQO	Anual
	Qualidade ambiental		Parâmetros	A	B	A	B	A	B	A	B		CMB/Vereação Ambiente	Anual
		Níveis qualidade da água - Rio Este	Parâmetros	0	0	0	0	4.802	3.431	2.753	4.118		CMB/Vereação Ambiente	Anual
		Níveis qualidade da água - Cávado	Parâmetros	0	0	209	60	625	436	675	741			
		Níveis qualidade do ar	Parâmetros	Bom		Bom		Bom		Bom			APA	Anual
	Níveis do ruído ambiental	Parâmetros									AGERE	Anual		
Mobilidade, Acessibilidade	Infraestruturas	Densidade da rede rodoviária	%	s/d		5,79%		s/d		5,81%		CMB/ DPRRU/DTM	Anual	
		Extensão da rede rodoviária	Km	s/d		1.270,67		s/d		1.272,92		CMB/ DPRRU/DTM	Anual	
		Grau de execução das infraestruturas rodoviárias previstas	%	s/d		0		s/d		1,70%		CMB/ DPRRU/DTM	Anual	
		Estacionamento pago à superfície	Nº	s/d		s/d		s/d		2320		CMB/ DPRRU/DTM	Anual	
		Estacionamento gratuito à superfície *	Nº	s/d		25008		s/d		25.008		CMB/ DPRRU/DTM	Anual	
		Extensão de vias cicláveis e pedonais	Km	s/d		7,97		s/d		9,23		CMB/ DPRRU/DTM	Anual	
		Estacionamento para bicicletas existente	Nº	s/d		89		s/d		227		CMB/ DPRRU/DTM	Anual	
		Estimativa de população servida	hab	s/d		s/d		176.401		s/d		CMB/ DTM	Anual	
	Tranporte público	Circuitos de transporte publico	Nº	83		72		73		s/d		CMB/ DTM	Anual	
		Extensão de corredores dedicados para transporte público	Km	0		0,5		1		s/d		CMB/ DTM	Anual	
		Passageiros em transporte público	Nº	10.781.000		10.796.640		11.168.196		s/d		CMB/ DTM	Anual	
		Interfaces de transporte coletivo	Nº	1.807		1794		1.825		s/d		CMB/ DTM	Anual	
		Veículos da TUB	Nº	121		163		152		s/d		CMB/ DTM	Anual	

Dos novos indicadores e temas - chave selecionados destaca-se a qualidade ambiental – qualidade da água dos rios Cávado e Este.

Relativamente ao tema-chave qualidade ambiental, o município tem vindo a elaborar desde 2015 o Programa de Melhoria da Qualidade da Água no rio Cávado.

Este programa decorre de uma obrigação legal e contempla a elaboração de análises e a definição de medidas de minimização dos focos de poluição para garantir as condições mínimas obrigatórias à prática balnear nas praias fluviais existentes ao longo do rio Cávado.

As análises são efetuadas pelo Município de Braga e também pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). No entanto para este relatório foram apenas consideradas as análises efetuadas pelo Município.

Posteriormente este programa foi adaptado ao rio Este, com o objetivo de se analisar a qualidade deste rio e a possibilidade de se criar uma zona balnear junto do complexo desportivo da rodovia.

Como se trata de qualidade de água balnear os parâmetros analisados são os *Enterococos* (1800 ufc/100 ml) intestinais e a *Escherichia coli* (660 ufc/100ml).

Assim, as análises foram efetuadas nos dois cursos de água no período sazonal entre Abril e Setembro, nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Em termos de gestão ambiental urbana e ainda que não constitua um indicador nesta fase, o número de árvores saídas do horto municipal e cedidas para intervenções de reflorestação no âmbito de ações de educação ambiental foi de 2443 em 2016 e 1492 em 2017 até à data. No futuro é de todo conveniente monitorizar o número de árvores cedidas por localização, bem como a espécie e o fim a que se destina, de modo a ser possível a avaliação do seu contributo para a melhoria da qualidade do ar e para o índice de conforto térmico.

5. Análise do Estado do Ordenamento do Território

De modo a avaliar o estado do ordenamento do território, bem como ponderar a contribuição do PDM para o desenvolvimento sustentado do concelho, procedeu-se à recolha e análise de dados disponíveis.

Para cada indicador foi elaborada uma ficha metodológica, contendo um gráfico com uma representação dos valores recolhidos para os anos de 2011, 2015, 2016 e 2017, assim como uma síntese dos resultados obtidos (anexo I).

Apesar do processo de recolha de informação ter sido excessivamente prolongado, uma vez que a informação se encontra dispersa e por vezes difícil de obter, foi possível compilar os dados de modo a obter conclusões.

Assim, relativamente ao FCD **“Governança”** e tendo em conta os indicadores definidos, observa-se que no ano de 2016 ocorreram um maior número de reuniões na DPRRU. Este aumento deve-se à publicação do PDM em Outubro de 2015 e à possibilidade de concretização de vários empreendimentos, como por exemplo, a fixação de empresas através do desenvolvimento de várias UOPG e UE.

Em termos de participação pública, o ano de 2011 representa o ano onde se registaram maiores valores, que correspondem ao somatório das participações recebidas desde 2008 até 2011, no âmbito da participação preventiva da revisão do PDM. Em 2017 registaram-se participações no âmbito da discussão pública da unidade de execução e no âmbito do processo de adaptação do PDM.

A participação dos técnicos em ações de formação é uma das apostas da governança, de modo a assegurar a atualização, consolidação e aprofundamento dos conhecimentos técnicos, para que a abordagem de planeamento e ordenamento do território seja mais eficiente na prossecução do desenvolvimento sustentável, e sustentando a tomada de decisão.

No que se refere ao FCD **“Ordenamento do Território”** é possível observar que entre 2015 e 2016 se verificou um aumento significativo na emissão de licenças para construção. Este fator aponta para uma possível retoma no setor da construção civil, podendo representar uma expansão e efetiva ocupação do espaço urbano. Também as licenças para reabilitação aumentaram significativamente em 2016, prevendo-se que esta tendência se mantenha com a publicação das ARU's em 2017.

Em relação à atividade no setor primário, verifica-se que o número de empresas aumentou significativamente entre 2011 e 2015 (dados disponíveis), resultado do aumento dos incentivos aos jovens agricultores e da obrigatoriedade do registo e licenciamento associado à atividade pecuária.

Também em termos de setor primário ligado à atividade florestal, nos últimos anos têm ocorrido várias ações de reflorestação, essencialmente nas faixas de gestão de combustível da REN (Rede elétrica Nacional), onde se verifica a recorrência a espécies autóctones mais resistentes ao fogo e que carecem de menor intervenção e manutenção do coberto vegetal ao longo dos anos. Em

termos de exploração florestal, ocorreram algumas intervenções com o objetivo de produção florestal e com recurso ao eucalipto e pinheiro.

O indicador “*nº de empresas por setor*” relativo ao FCD “**Desenvolvimento Económico**” traduz de certa forma uma realidade pouco habitual no Concelho, mas que se refletiu por todo o País entre 2011 e 2015. Apesar de não haver ainda dados para 2016 e 2017 e não ser possível aferir se estas condições se mantêm, de 2011 a 2015 verificou-se uma diminuição do número de empresas no setor secundário e terciário e um aumento do número de empresas no setor primário.

Esta tendência confirma-se também pela população empregada por setor bem como o VAB no setor secundário que acompanha este declínio.

No entanto, apesar do País ter atravessado um período crítico, o valor do VAB no setor terciário aumenta de 2011 – 2015. Este dado permite-nos concluir que o retorno na economia acontece a partir de 2015.

Em termos de atratividade turística do Concelho, os anos de 2015 e 2016 apresentam valores relativos ao nº de turistas muito superiores relativamente ao ano de 2011. Braga é hoje uma cidade com melhores condições para abrigar um maior número de turistas.

Tem vindo a ser promovido ou associado pelo município, vários eventos nas mais diversas áreas que tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do turismo local nomeadamente eventos de carácter tecnológico e empreendedor; de carácter desportivo, como por exemplo a “Volta a Portugal em Bicicleta”, a “Rampa Internacional da Falperra”, o “Braga Street Stage”; e ainda de carácter religioso como a “Semana Santa” e cultural como a “Braga Romana” e “Braga Barroca”. Estão em curso outras ações de dinamização que irão contribuir para fortalecer este setor como por exemplo o apoio à Candidatura do Bom Jesus do Monte a Património da Humanidade, uma aplicação móvel turística “My City”, a revitalização da Pousada da Juventude, intensa participação em feiras promocionais (nacionais e internacionais), requalificação e sinalização dos Caminhos de Santiago.

Os indicadores selecionados para avaliar o FCD “**Património, Recursos Naturais e Ambiente**” procuram, de uma forma geral analisar os descritores ambientais com maior impacto na qualidade ambiental urbana.

Em termos de qualidade da água dos rios, os resultados das análises efetuadas demonstram que a qualidade dos principais cursos de água do Concelho piora nos anos de 2016 e 2017, possivelmente fruto do aumento da temperatura e da baixa pluviosidade registada neste período.

De acordo com os dados disponíveis no site da APA, a qualidade do ar em Braga é geralmente boa.

Relativamente ao ruído ambiental, não é possível aferir um resultado absoluto dado a heterogeneidade dos pontos de amostragem. Sempre que se justifique e que seja possível são aplicadas medidas de minimização nas fontes produtoras de ruído.

Por fim, os indicadores selecionados para avaliar o FCD “**Mobilidade e Acessibilidade**” pretendem analisar os resultados da implementação de medidas de mobilidade urbana sustentável previstos.

Desde 2015 foram executados aproximadamente 2 km de vias cicláveis. O número de lugares de estacionamento para bicicletas aumentou enquanto o estacionamento gratuito à superfície se manteve o mesmo.

Em termos de transportes públicos, apesar da diminuição de linhas, a aposta na modernização dos sistemas tem levado a um aumento de número de interfaces e passageiros.

a aposta na modernização dos sistemas e o aumento do nº de linhas, tem levado a um aumento do número de passageiros.

Neste sentido considera-se que a execução do PDM tem vindo a contribuir para a adoção de práticas de mobilidade urbana mais sustentável.

5.1. Alterações ao Plano

5.1.1. Alterações inerentes às plantas do PDM

Desde a publicação em Diário da República da 2ª revisão do PDM, a 14 de Outubro de 2015, procedeu-se à atualização ordinária da Planta de Condicionantes e consequentemente da Planta de Ordenamento.

✓ Planta de Condicionantes Gerais:

- Eliminação de canal de proteção *non aedificandi* para o lanço da EN 103 – Variante de Gualtar, entre o Nó do Hospital e o Nó Norte (Nó do Fojo) – por publicação da Declaração n.º 16/2016 no Diário da República n.º 44, 2ª Série de 3 de março de 2016, foi revogada a faixa de reserva *non aedificandi* da variante à EN 103;
- Atualização da jurisdição e servidão de troços de acesso, nomeadamente o ramo de acesso à Rua de S. Martinho, e o ramo de acesso ao Novo Hospital de Braga, conforme solicitado pela Gestora Regional de Viana do Castelo e Braga das Infraestruturas de Portugal S.A., através dos ofícios 2016REC06964 e 2057187-006;
- Classificação como monumento nacional do Santuário de Santa Maria Madalena da Falperra – por publicação do Decreto n.º 1/2017 no Diário da República n.º 1, 1ª Série, de 2 de janeiro de 2017;
- Classificação de Interesse Público da Casa e Quinta das Lajes – por publicação da Portaria 177/2016 no Diário da República 2ª Série, nº113, 15 de Junho de 2016;
- Proposta de Reclassificação para Monumento Nacional do Santuário do Bom Jesus do Monte (ampliação) - por publicação do Anúncio n.º 68/2017 no Diário da República n.º 90, 2ª série, de 10 de maio de 2017;
- Proposta de Classificação de Interesse Público ou Interesse Municipal do Paço de Ançariz (ou Quinta da Costa) – por publicação do Anúncio n.º 69/2017 no Diário da República n.º 90, 2ª série, de 10 de maio de 2017.

✓ Planta de Ordenamento:

- Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, dada a identificação na carta 56_4 do canal de proteção *non aedificandi* para o lanço da EN 103 – Variante de Gualtar, entre o Nó do Hospital e o Nó Norte (Nó do Fojo);
- Planta de Ordenamento – Património Classificado e Inventariado – Sistema Patrimonial, dado estas cartas representarem também o património classificado e em vias de classificação;
- Planta de Ordenamento – Mobilidade – Hierarquia Administrativa da Rede Viária, dada a identificação da jurisdição dos troços rodoviários.

- ✓ Planta de Condicionantes - Riscos Naturais e Antrópicos (atualização das cartas resultado da atualização do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios):
 - Cartas de Perigosidade de Incêndio Florestal;
 - Cartas de Áreas Ardidas.

5.1.2. Alterações inerentes às áreas de Reabilitação urbana

A reabilitação urbana é uma das prioridades de intervenção do Município de Braga, devidamente plasmada no modelo estratégico de desenvolvimento territorial do novo Plano Diretor Municipal, que adota princípios de colmatação urbana, de contenção do perímetro edificado e de “saldo zero”, assumindo como estratégico o investimento na reabilitação e na regeneração de determinados conjuntos edificados e espaços públicos, através da concertação de iniciativas públicas e privadas, no Centro Histórico de Braga e no seu primeiro anel de expansão urbana, que abarca as propostas de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Braga Sul, Braga Norte, Braga Nascente e ARU do Parque Industrial e Empresarial de Celeirós (a última encontra-se em processo de desenvolvimento). Fonte: [CMB \(https://ru.cm-braga.pt/0301/reabilitacao-urbana/apresentacao\)](https://ru.cm-braga.pt/0301/reabilitacao-urbana/apresentacao).

Assim desde a publicação do PDM 2015 procedeu-se à publicação das seguintes ARU'S:

ARU - Centro Histórico

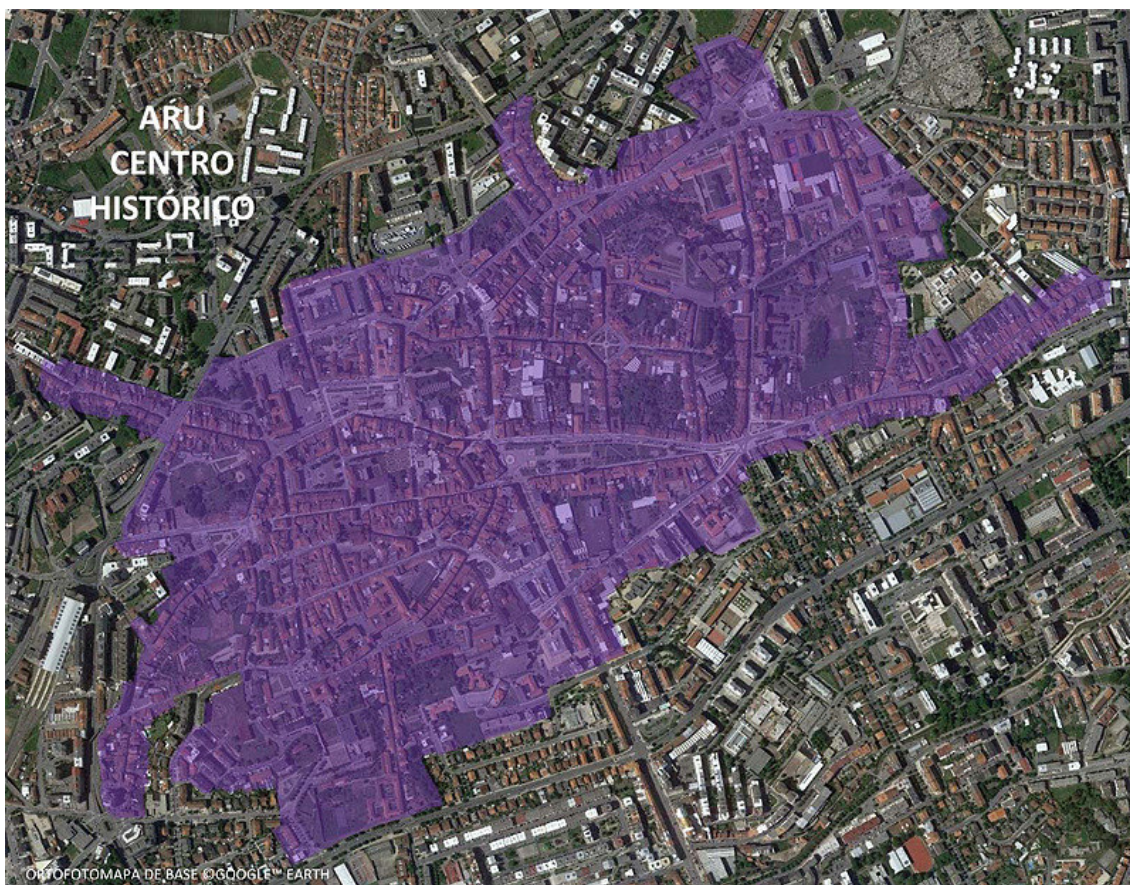


Figura 7: Limites da ARU do Centro Histórico

Esta área foi aprovada pela Assembleia Municipal a 7/12/2011, e publicada no Diário da República n.º 6, 2ª Série, de 09/01/2012, sob o Aviso n.º 259/2012 (Centro Histórico).

A atual delimitação da ARU do Centro Histórico decorre da conversão da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) existente desde 1979 no seu núcleo medieval, alargada aproximadamente ao atual limite em 1996.

Nota: Para esta área encontra-se em vigor o Código Regulamentar do Município de Braga, Título B3 – Centro Histórico, publicado pelo Regulamento n.º 973/2016 - Diário da República n.º 206/2016, Série II de 2016-10-26.

Objetivos de reabilitação para esta ARU:

- Novos residentes, com perfis diversos;
- Atividades mais qualificadas e associadas à criatividade, às tecnologias e ao conhecimento;
- Visitantes e turistas de mercados mais segmentados;
- Um mercado de arrendamento de habitação mais dinâmico;
- Um tecido económico e empresarial renovado, moderno e mais dinâmico;
- Novos conceitos de oferta comercial e de lazer;
- Espaços públicos e coletivos confortáveis, atrativos e estimulantes;

- Uma oferta cultural diversa e multifacetada;
- Uma identidade reconhecida nos seus diversos ícones (históricos, religiosos, científicos e tecnológicos);
- Uma cidadania ativa e participante.

O Centro Histórico de Braga concentra serviços, comércio, equipamentos de saúde, ensino, culturais, sendo por esses motivos, muito dinâmico e ativo.

Mais informação [aqui](https://www.cm-braga.pt/archive/doc/PERU_CH_V____Final_Agosto_2011.pdf) (https://www.cm-braga.pt/archive/doc/PERU_CH_V____Final_Agosto_2011.pdf).

ORU – Centro Histórico

Operação de Reabilitação Urbana Sistemática, com Programa Estratégico de Reabilitação Urbana aprovada pela Assembleia Municipal a 7/12/2011 e publicada no Diário da República n.º 6, 2ª Série, de 09/01/2012, sob o Aviso n.º 259/2012 (Centro Histórico).

Monitorização a realizar por meio de indicadores (anuais):

- Número de edifícios, alojamentos, alojamentos vagos, edifícios degradados, edifícios devolutos, processos aprovados, processos concluídos, autorizações de utilização;
- Valor de investimento privado, isenção de taxas, investimento público;
- Número de obras em equipamento público (edifícios), obras em espaço público (vias e praças), obras privadas;
- Investimento estimado e investimento realizado por objetivo.

Operações urbanísticas no primeiro semestre de 2016:

No primeiro semestre de 2016 foram emitidas 36 licenças para operações urbanísticas, o que denota uma evolução do mercado imobiliário na área da reabilitação urbana.

As operações urbanísticas isentas de controlo prévio (obras de conservação) têm vindo a aumentar entre 2013 e 2015, passando de 83 pedidos, para 127, sendo que no primeiro semestre de 2016 deram entrada nos serviços municipais 62 pedidos.

Ao nível fiscal, com vista a penalizar a inércia de quem remete para o abandono e degradação de alguns dos edifícios localizados no Centro Histórico, o Município implementou ao longo de 2015 a atualização do processo de majoração de IMI para prédios degradados. Deste modo, foi agravado o IMI para 159 imóveis que não reuniam as mínimas condições de habitabilidade, tendo-se ainda atualizado o levantamento e registo dos prédios degradados, o que totaliza um total de 336 imóveis (159 nos quais se majorou o IMI). Entre 2013 e 2014 duplicou-se o número de imóveis para agravamento de IMI (74 – 159). Atualmente estão identificados mais 170 imóveis suscetíveis de agravamento do IMI.

O número de autorizações de utilização em 2015 começou a contrariar a tendência de diminuição pelo impacto da crise, tendo sido emitidos 61 alvarás de intervenção no edificado, sendo que no primeiro semestre de 2016 foram já emitidos 46 alvarás, o que denota uma evolução significativa.

Em 2015, o valor total de isenção de taxas concedido na ARU do Centro Histórico foi de 101.441,84 €, o que demonstra uma significativa comparticipação municipal nestes processos de reabilitação no Centro Histórico da Cidade.

a) ARU – Braga Sul

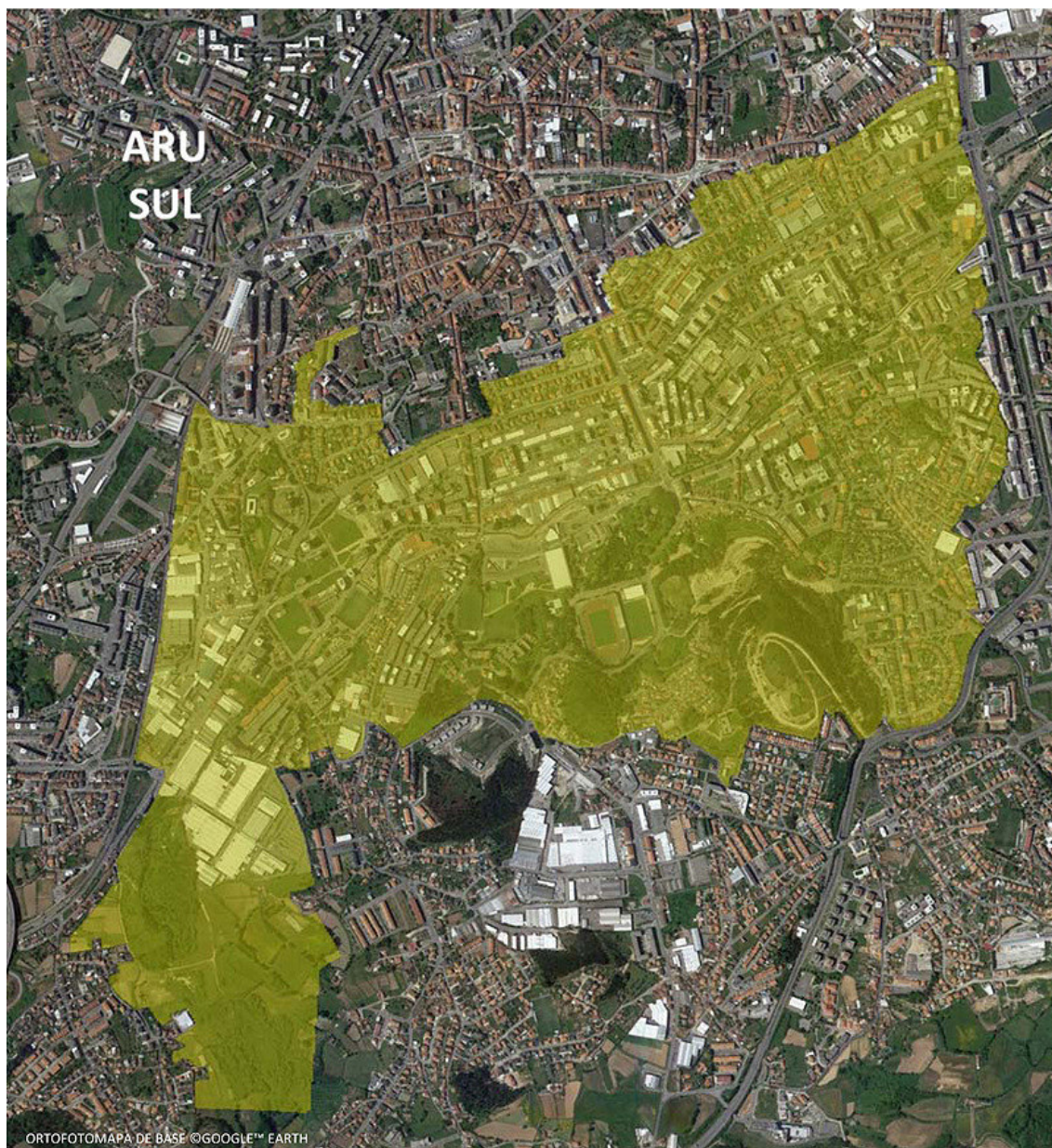


Figura 8: Limites da ARU Braga Sul

Esta área foi aprovada por Deliberação da Assembleia Municipal de 07/10/2016 relativa à alteração da ARU de Braga Sul e delimitação das ARU Braga Norte e Braga Nascente, publicada em Edital N.º ED/41/2017 de 13/02/2017 e em Diário da República, 2.ª série, N.º 44 de 2 de março de 2017, sob o Aviso n.º 2216/2017 – “Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana”.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE BRAGA SUL: UMA “PONTE” COM O FUTURO

A estratégia traçada no âmbito da ARU de Braga Sul e respetiva redefinição dos seus limites, estruturada no presente documento, surge de uma nova visão para a reabilitação urbana do município de Braga, que procura articular a ARU do Centro Histórico (consubstanciada no PERU do Centro Histórico, publicado no Diário da República, 2ª série, aviso n.º 259/2012, de 9 de Janeiro) com as áreas de expansão da cidade, também alvo de delimitação de ARU (Braga Norte,

Braga Nascente e Braga Sul). Através de projetos estruturantes nestas novas áreas, procurar-se-á promover a regeneração urbana, como também alargar a dinâmica privada da reabilitação urbana a toda a malha consolidada da cidade.

Pressupostos específicos a ter em conta na apresentação da proposta de alteração da ARU de Braga Sul, concretamente:

- A necessidade de regenerar o eixo da Avenida, a relação entre o Parque da Ponte, o PEB, o Estádio e o Monte do Picoto, o Centro Histórico de Braga e as áreas adjacentes, compostas pelos Centros Comerciais de 2ª geração.
- Abranger o conjunto de bairros de matriz social, de épocas, volumetrias, tipologias e estado de conservação distintos, mas que necessitam de melhorias ao nível das condições de habitabilidade e de inserção urbana (Bairro Social de Santa Tecla, Complexo Habitacional do Picoto, Bairro Social Ponte dos Falcões, Bairro Nogueira da Silva, Bairro da Imaculada Conceição, Bairro Duarte Pacheco);
- Englobar loteamentos e urbanizações de iniciativa privada, das décadas de 70-90 do século XX, com défice de qualificação e integração ao nível do espaço público e ambiente urbano (urbanizações e loteamentos do Fujacal, do Carandá, da Quinta de Sotto Mayor, da Quinta de Santa Tecla, da Quinta da Capela, Quinta de Santo Adrião, da Fumbral, entre outras);
- Assegurar a união entre os limites da ARU do Centro Histórico e a nova ARU de Braga Sul, não excluindo nenhuma área urbana adjacente à primeira, possibilitando a qualificação e melhoria das articulações entre as várias áreas (Av. da Liberdade, 31 Janeiro, Rua Monsenhor Airosa/Rua do Couteiro...);
- Abracar edifícios industriais devolutos em presença na área Sul da cidade (antiga fábrica Fumbral, antiga fábrica Sarotos, entre outros);
- Abracar todo o complexo industrial e empresarial de Ferreiros, com perspetiva de crescimento (alavancado pelo investimento previsto pela BOSCH para 2018).
-

ORU – Braga Sul

ORU a ser publicada dentro de 3 anos após publicação da ARU, cumprindo os seguintes objetivos:

- A. Aumentar o nível de articulação urbana entre os três subsistemas existentes na área: estruturas ecológicas e ambientais; equipamentos coletivos e áreas residenciais;
- B. Qualificar e melhorar a acessibilidade e fruição das estruturas ecológicas presentes na zona, potenciando também a sua relação com as áreas urbanas contíguas consolidadas;
- C. Melhorar o nível de qualidade dos arruamentos urbanos, adequando-os aos seus usos diferenciados e consolidando seja os percursos internos, seja os de penetração na área;
- D. Revitalizar e dinamizar a utilização do sistema de equipamentos coletivos, beneficiando do efeito de atratividade atual de alguns desses equipamentos;

- E. Promover uma intervenção seletiva e sistemática de qualificação ou revitalização das frentes urbanas que impactem de forma mais significativa as estruturas ecológicas e o sistema de equipamentos coletivos, contribuindo para atrair novas atividades económicas urbanas;
- F. Valorizar e dinamizar os ativos culturais e simbólicos que configuram o interesse patrimonial do Sítio dos Galos;
- G. Aumentar a inserção urbana e social dos conjuntos habitacionais no setor sul da área, nomeadamente reforçando as condições de habitabilidade e a qualidade do espaço público intersticial;
- H. Incentivar a reabilitação e refuncionalização de grandes unidades industriais abandonadas, com capacidade para induzirem uma dinâmica local de reabilitação urbana;
- I. Promover a reabilitação de conjuntos edificados favorecendo, designadamente, a dinamização do mercado de arrendamento habitacional na cidade.
- J. Promover a regeneração urbana da Avenida da Liberdade potenciando a relação entre o Centro Histórico e o Parque da Ponte, Monte do Picoto e Parque de Exposições de Braga.

b) ARU – Braga Nascente

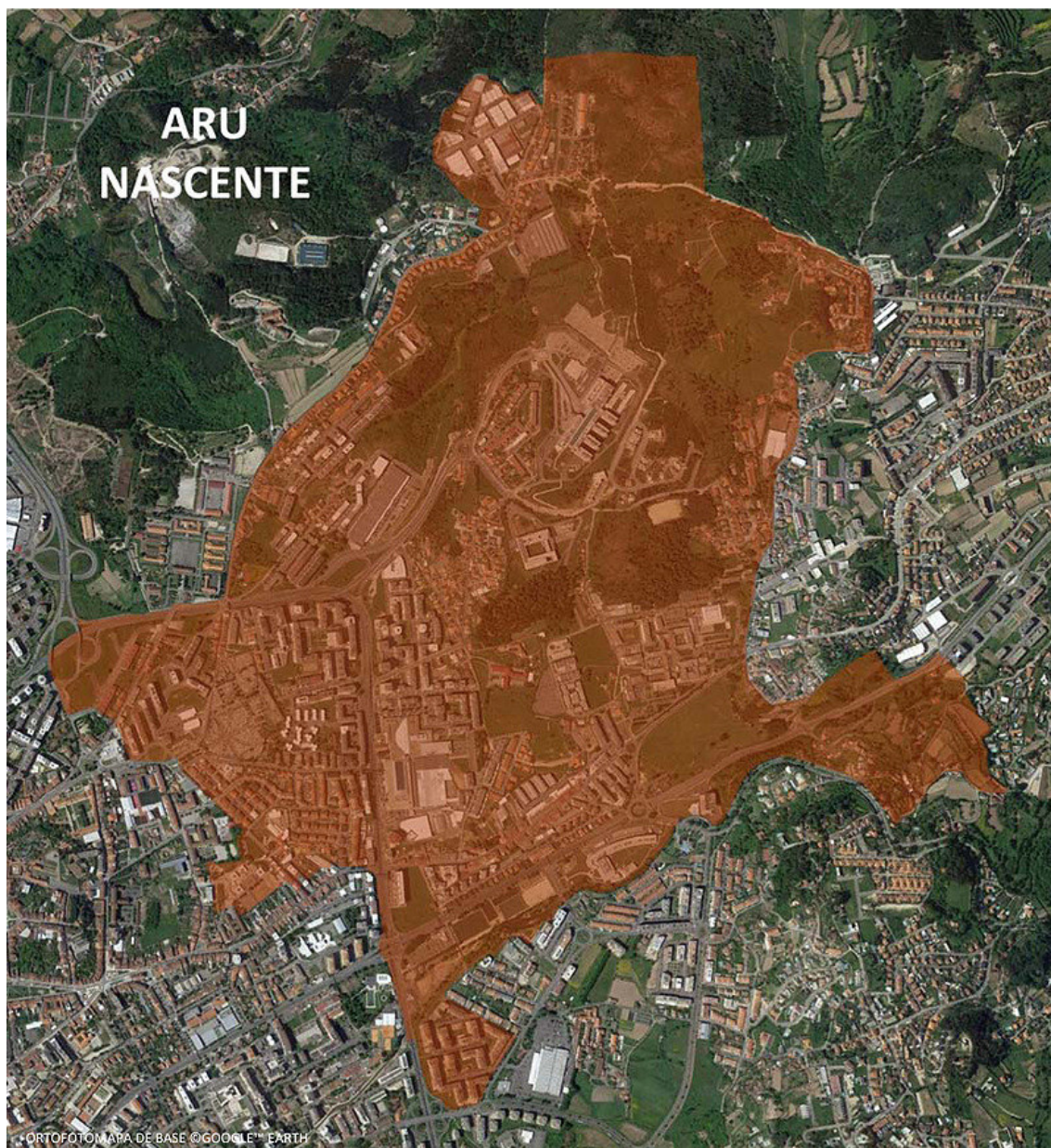


Figura 9: Limites da ARU Braga Nascente

Esta área foi aprovada por Deliberação da Assembleia Municipal de 07/10/2016 relativa à alteração da ARU de Braga Sul e delimitação das ARU Braga Norte e Braga Nascente, publicada em Edital N.º ED/41/2017 de 13/02/2017 e em Diário da República, 2.ª série, N.º 44 de 2 de março de 2017, sob o Aviso n.º 2216/2017 – “Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana”.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE BRAGA NASCENTE: O NOVO CENTRO URBANO DO SÉCULO XXI

Os pressupostos de base definidos para a proposta de delimitação da ARU de Braga Nascente estão diretamente relacionados com a estratégia global de intervenção para a cidade de Braga, que mantendo um particular enfoque no Centro Histórico procura enfatizar a articulação com o

seu primeiro anel de expansão urbana, onde se encontra o território aqui denominado por Braga Nascente, favorecendo assim o “contágio” das dinâmicas de reabilitação e requalificação em curso no Centro Histórico.

Da leitura das principais características, condicionantes, dinâmicas e necessidades do território em análise e da reflexão técnico-política, resultou ainda um conjunto adicional de pressupostos específicos a ter em conta na apresentação da proposta de delimitação da ARU de Braga Nascente, concretamente:

- Reforçar a oferta de espaços verdes urbanos, estando prevista a criação de um eco-parque na área verde que engloba o Monumento Nacional do Sistema de Abastecimento de Águas à cidade de Braga no século XVIII, designado por “Sete Fontes”, aliás alvo de um Plano de Pormenor de Salvaguarda, que está a ser elaborado pelo Município.
- Abarcar o conjunto de grandes equipamentos em presença, com destaque para o Campus Universitário de Gualtar da Universidade do Minho, o Hospital de Braga, a Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho, o INL - Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, bem como outros previstos, caso do MEDTECH e do Innovation Arena, melhorando a articulação destes grandes equipamentos com os tecidos edificados e infraestruturas pré-existent.
- Abranger o conjunto de bairros de matriz social, de épocas, volumetrias, tipologias e estado de conservação distintos, mas que necessitam de melhorias ao nível das condições de habitabilidade e de inserção urbana (Bairro da Alegria, Bairro Social das Enguardas).
- Englobar loteamentos e urbanizações de iniciativa privada, das décadas de 70-90 do século XX, com défice de qualificação e integração ao nível do espaço público e ambiente urbano e sérias carências ao nível da hierarquização viária, da acessibilidade pedonal, do acesso às garagens privadas e estacionamento automóvel (Areal de Cima, Areal de Baixo).
- Assegurar a união entre os limites da ARU do Centro Histórico e a nova ARU de Braga Nascente, não excluindo nenhuma área urbana adjacente à primeira, possibilitando a qualificação e melhoria das articulações entre as várias áreas, em especial na ligação do Centro Histórico ao Pólo da Universidade do Minho (Rua de D. Pedro V/Rua de Santa Cruz). Resolução de conflitos em pontos de especial tensão, que implicam vários níveis de atravessamento, como é o caso da Rotunda das Piscinas (Eixo Norte/Sul, Rodovia) e envolvente, amenizando o “efeito barreira” que a variante urbana constitui.
- Englobar edifícios industriais abandonados e/ou em ruína em presença na área Nascente da cidade, com destaque para a antiga Fábrica Confiança.

ORU – Braga Nascente

ORU a ser publicada dentro de 3 anos após publicação da ARU, cumprindo os seguintes objetivos:

A. Aumentar o nível de articulação urbana entre os três subsistemas existentes na área: estruturas ecológicas e ambientais; equipamentos coletivos e áreas residenciais;

B. Melhorar o nível de qualidade dos arruamentos urbanos, adequando-os aos seus usos diferenciados e consolidando seja os percursos internos, seja os de penetração na área;

- C. Revitalizar e dinamizar a utilização do sistema de equipamentos coletivos, beneficiando do efeito de atratividade atual de alguns desses equipamentos;
- D. Aumentar a inserção urbana e social dos conjuntos habitacionais da área, nomeadamente reforçando as condições de habitabilidade e a qualidade do espaço público intersticial;
- E. Promover a mobilidade sustentável através essencialmente dos modos ciclável e pedonal.

c) ARU – Braga Norte

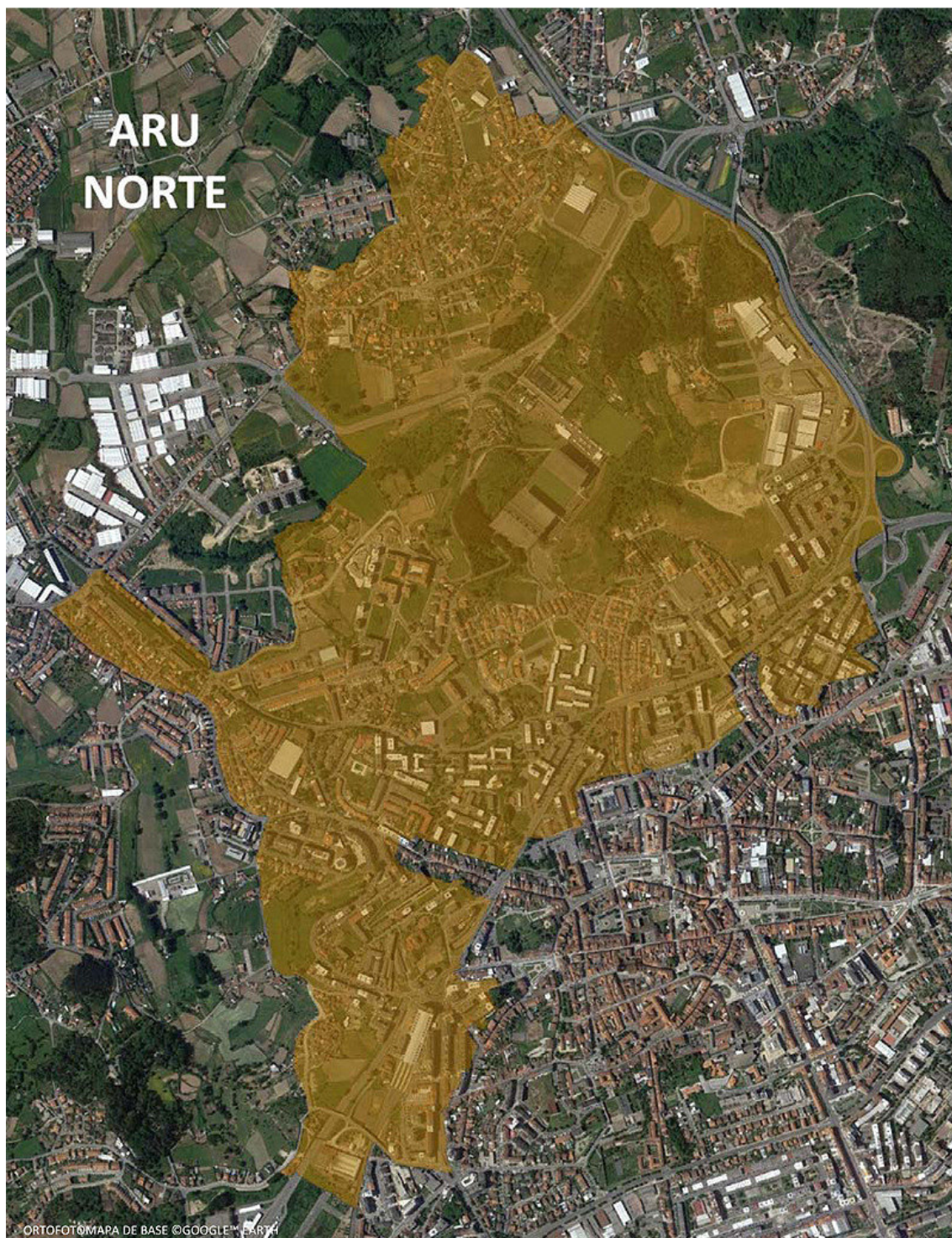


Figura 10: Limites da ARU Braga Norte

Esta área foi aprovada por Deliberação da Assembleia Municipal de 07/10/2016 relativa à alteração da ARU de Braga Sul e delimitação das ARU Braga Norte e Braga Nascente, publicada em Edital N.º ED/41/2017 de 13/02/2017 e em Diário da República, 2.ª série, N.º 44 de 2 de março de 2017, sob o Aviso n.º 2216/2017 – “Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana”.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE BRAGA NORTE: O DESPERTAR DOS ITINERÁRIOS DO CÁVADO

A estratégia para a ARU de Braga Norte vai no sentido de dotar esta área de elementos urbanísticos e ambientais qualificados, com capacidade para lhe conferirem o estatuto de polo urbano atrativo dentro das funções desportivas, de lazer e residenciais.

A área de intervenção apresenta um perfil residencial relativamente expressivo, muito devido à existência de bairros sociais e aglomerados habitacionais junto à fronteira sul para com a área consolidada do Centro Histórico, nomeadamente o Bairro das Andorinhas, o Bairro da Misericórdia, os loteamentos (alguns inacabados) na zona de São Frutuoso e o eixo residencial da Avenida Artur Soares.

Já nas áreas localizadas mais a Norte desta delimitação, em especial, verifica-se a existência de importantes aglomerados urbanos de matriz rural e patrimonial, como são os núcleos urbanos de Dume e de Real. A envolvente ao conjunto patrimonial de S. Frutuoso é marcada pela presença de conjuntos habitacionais mais dispersos e com características essencialmente rurais.

Esta área é também fortemente marcada pela presença do novo estádio municipal, com um impacto grande em termos de fluxos de visitantes e de imagem urbana.

Já no que respeita ao estado de conservação dos edifícios, importa referir que os dados do Censo 2011 demonstram que 30% dos edifícios carecem de intervenções de reparação ou manutenção (1.240 edifícios). Apesar de ser a ARU da cidade que apresenta a maior proporção de edifícios sem necessidade de reparação, é, no entanto, a que evidencia necessidades de intervenção mais profundas, uma vez que quase 16% dos edifícios carecem de reparações médias, grandes ou profundas.

ORU – Braga Norte

ORU a ser publicada dentro de 3 anos após publicação da ARU, cumprindo os seguintes objetivos:

- A. Prosseguir com a elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) de Braga Norte que permita definir as condições da desejável ocupação das áreas vazias e expectantes, da sua articulação com as áreas envolventes mais próximas e de consolidação da malha urbana existente;
- B. Valorizar os núcleos históricos de matriz rural, preservando, quando possível, a integridade remanescente e incentivando a reabilitação do parque edificado privado;
- C. Requalificar as áreas ocupadas por bairros de matriz social, nas vertentes edificadas e de espaços públicos, conferindo-lhes um maior grau de urbanidade;
- D. Promover uma intervenção seletiva e sistemática de qualificação de zonas urbanizadas intersticiais atualmente sem qualquer identidade e frequentemente descaracterizadas;
- E. Salvaguardar mecanismos de gestão e acompanhamento à ocupação dos vazios e áreas expectantes que garantam a coerência, integração e qualidade da área de intervenção no seu todo (utilizações efémeras);
- F. Reestruturar toda a rede viária interna à área de intervenção e melhorar a sua articulação com rede exterior (nas componentes rodoviária, ciclável e pedonal);

G. Melhorar o sistema de transporte público de passageiros através da construção de um Interface Multimodal junto à estação ferroviária que contribua para desviar o tráfego de pesados de passageiros da cidade, melhorando o ambiente urbano e permitindo uma intervenção de refuncionalização e integração urbana da atual Central de Camionagem;

H. Valorizar os recursos e equipamentos existentes na área de intervenção, com prioridade para o projeto da piscina municipal e para o Convento de S. Francisco;

I. Estruturar soluções de estacionamento na envolvente sul do Estádio Municipal que permitam não colidir com as funcionalidades e os perfis de ocupação da rede viária envolvente, em especial no Bairro da Misericórdia;

J. Melhorar a relação e qualificar as fronteiras entre as áreas urbanizadas e as áreas naturalizadas;

K. Encontrar soluções qualificadas de inserção de estruturas edificadas e agrícolas ainda existentes na malha urbana envolvente e em consolidação.

5.1.2.1. Pedidos de certidão para efeitos de IVA a taxa reduzida para empreitadas de reabilitação

A título meramente indicativo, sem confirmação da efetiva intervenção de reabilitação e da aplicação do incentivo fiscal, reporta-se a emissão de 28 certidões de localização de prédio urbano em ARU para efeitos de IVA à taxa reduzida de 6%.

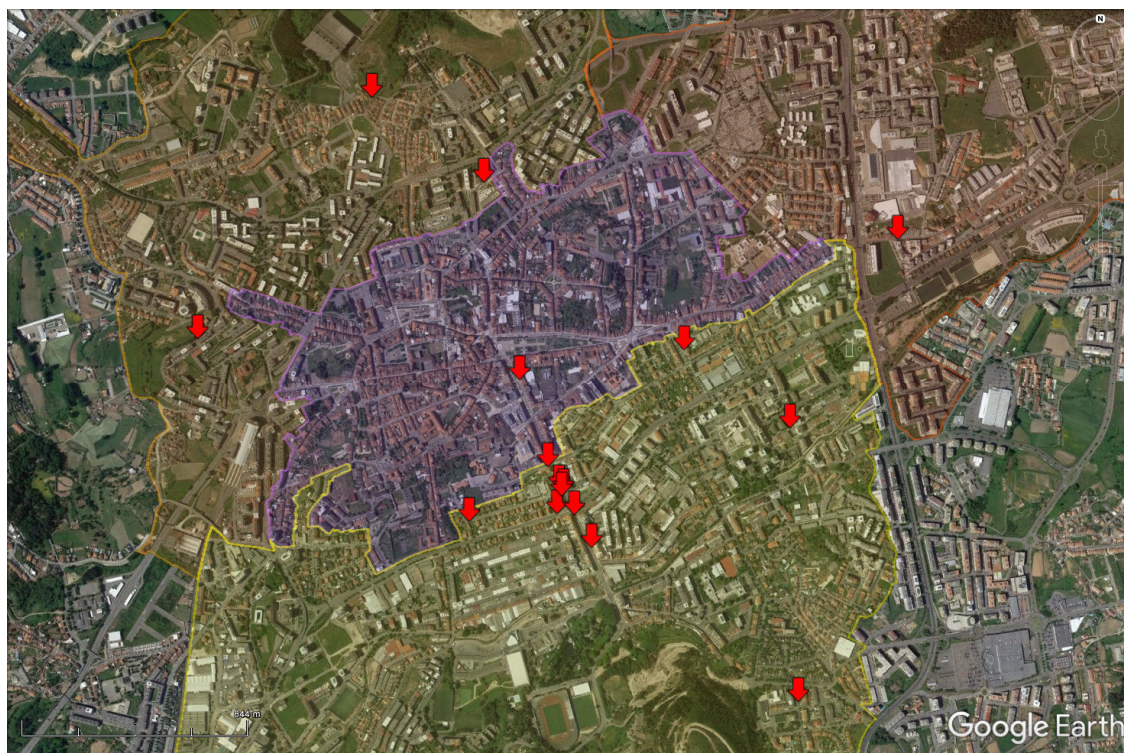


Figura 11: Localização aproximada dos pedidos de certidão de localização de imóvel em ARU para efeitos IVA a taxa reduzida para empreitadas de reabilitação

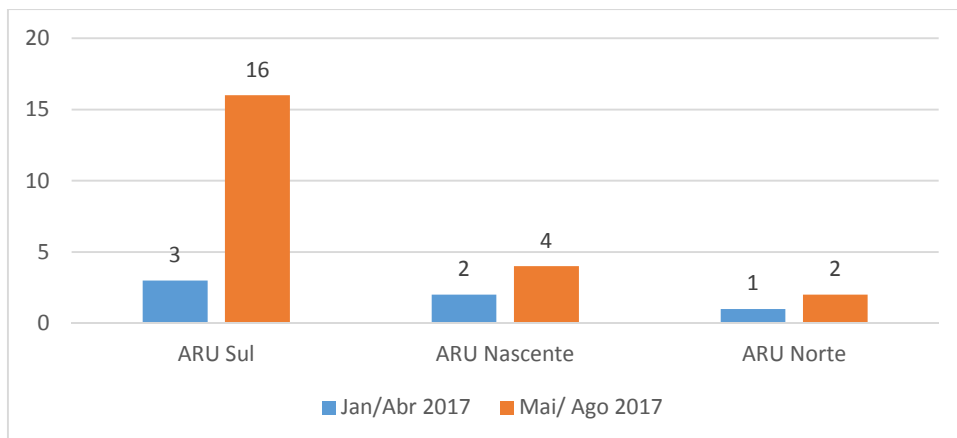


Gráfico 6: Número de certidões para efeitos de IVA à taxa reduzida por ARU

Nota: O número de certidões para a ARU do CH reflete apenas os pedidos que passaram pela Divisão de Planeamento, Regeneração e Revitalização Urbana.

Para distinguir e incentivar as boas práticas de reabilitação urbana, o município encontra-se a promover o prémio “Reabilita Braga” nas categorias de Edificação, a nível local, e de Investigação a nível nacional.

5.2. Dinâmicas de investimento privado

Para além da análise efetuada a cada indicador, é importante referir ações concretas que potenciam o desenvolvimento do Concelho através da fixação de investimento. Estes investimentos contribuem para aumentar a atratividade do Concelho funcionando como empreendimentos âncora, bem como para o aumento do número de postos de trabalho

Foram vários os investimentos no setor privado que ocorreram no Concelho desde a publicação do PDM, destacando-se nomeadamente:

- ✓ Instalação de dois estabelecimentos de restauração **Burguer King e um MacDonald's**;
- ✓ Instalação das superfícies comerciais **Leroy merlin, Wroom** – Living bathrooms, e dois **Continente "Bom dia"**;
- ✓ Instalação das superfícies industriais **O Feliz e Fairpaine**;
- ✓ Ampliação da casa de saúde de Nogueiró (18351 m2);
- ✓ Construção da cidade desportiva do Sporting Clube de Braga.

Estes investimentos traduzem-se numa ocupação efetiva do solo de aproximadamente 20 ha.

5.3. Dinâmicas de investimento municipal

Também ao nível municipal ocorreram diversas intervenções de iniciativa municipal que têm por base a prossecução dos objetivos específicos definidos para os domínios estratégicos que sustentam o modelo estratégico explanado no PDM.

A título exemplificativo destacam-se as seguintes:

- ✓ Instalação dos bombeiros sapadores
- ✓ Construção do campo de tiro
- ✓ Apoio \à execução do parque de merendas de sobreposta (inserido na zona industrial de Sobreposta)
- ✓ Execução da via de acesso à zona industrial de sobreposta
- ✓ Ampliação do complexo desportivo da rodovia
- ✓ Intervenções em espaços e corredores verdes que visam a valorização da Estrutura Ecológica
- ✓ Ampliação de equipamentos municipais (escolas, cemitérios, etc)

Das intervenções enunciadas destacam-se as intervenções na zona industrial de sobreposta com a execução de uma via de acesso direto através da Via do Alto da Vela e a criação do parque de merendas, que pretende dotar aquele espaço de uma valência inexistente até então, tornando esta zona industrial mais atrativa para a captação e fixação de empresas.

5.3.1. Execução Programada

O PDM 2015 preconiza a prévia programação do solo urbanizável mediante a elaboração de planos de pormenor ou da delimitação de unidades de execução.

Desde a sua publicação, a DPRRU propôs uma primeira versão da delimitação da Unidade de Execução (UE) de Lomar, sustentada no estudo de traçado para via estruturante que suportará a

distribuição do tráfego de veículos pesados e a acessibilidade para toda a área de expansão do espaço de atividades económicas de Lomar.

A programação desta UE pretende dar corpo ao domínio estratégico: “Braga, Um Território para Investir”, garantindo a concretização dos objetivos previstos no regulamento do PDM para a UOPG 25, nomeadamente nos termos das sub-alíneas iii) e iv), do ponto 1.25 alínea c) do artigo 110º:

iii) Estruturar uma rede viária interior da UOPG e necessárias conexões com a rede viária envolvente;

iv) Prever a capacidade de expansão das atividades económicas instaladas, designadamente no ramo da eletrónica, visando o desenvolvimento económico do concelho;

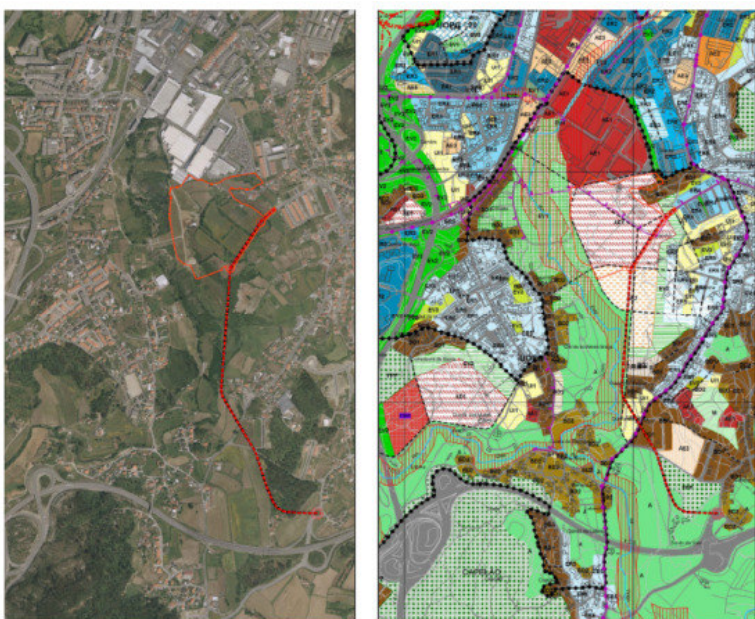


Figura 12: Síntese do estudo de programação do espaço de atividades económicas de Lomar.

Esta proposta esteve em discussão pública de 21 de Julho a 18 de Agosto, estando nesta fase o município a proceder à ponderação das 3 participações recebidas.

6. Adaptação do PDM 2015 ao novo RJIGT

As preocupações com a paisagem, a sua salvaguarda, ordenamento e gestão estão desde há longa data nas preocupações dos responsáveis pela gestão e ordenamento do território do nosso país, embora nem sempre de forma consequente, mas acompanhando os desenvolvimentos que nesta matéria se iam verificando em termos internacionais.

A Convenção Europeia da Paisagem (CEP), ratificada em 2005, pretende promover a proteção, gestão e planeamento das paisagens europeias.

Dez anos depois a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP), 2015, pretende reconhecer a arquitetura e a paisagem como bem de interesse público e na valorização da

qualidade do ambiente construído, como um fator e um elemento chave na garantia do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos no presente e para o futuro.

A PNAP ambiciona ainda potenciar a arquitetura e a paisagem como recursos estratégicos das políticas de desenvolvimento do país aos níveis central, regional e local.

Por sua vez, a Lei Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo, Lei 48/98 de 11 de Agosto e respetivas alterações, introduz a definição de unidades de paisagem nos planos de ordenamento regional, segundo o qual é necessário “identificar paisagens, definir o seu carácter, tendências e ameaças e avaliar a sua qualidade. Só esta avaliação permitirá definir estratégias e instrumentos que, embora integrem num quadro mais alargado, respeitem a especificidade do local da paisagem e mantenham a sua autenticidade.”

Como orientação, também a CCDRC, no seu “Guia Orientador para a Revisão do PDM” (2016) diz que os conteúdos documentais que acompanham o Plano, nomeadamente o Estudo de Caracterização, “deve envolver a identificação e caracterização de unidades de paisagem, ou seja, de áreas relativamente homogéneas, por apresentarem um padrão específico de distribuição e combinação dos seus diversos elementos, o que as diferencia das envolventes.”

É através da política da paisagem que se formulam os princípios gerais, as estratégias e linhas orientadoras e se definem medidas específicas tendo em vista a proteção, a gestão e o ordenamento do território.

Estes princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras são aplicadas a uma paisagem específica através da formulação de objetivos de qualidade paisagística. Neste contexto, são consideradas as aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida. Estes objetivos, definidos após a identificação e caracterização de cada unidade de paisagem, pretendem corresponder à visão local, onde o município se pretende situar no futuro.

A integração do estudo da paisagem no processo de adaptação do PDM pretende contribuir para a implementação da CEP a nível local, através dos objetivos de qualidade paisagística definidos para cada unidade de paisagem, dotando efetivamente a autarquia de instrumentos legais de proteção, gestão e ordenamento da paisagem.

Este processo muito mais participado, determina um programa de ação que identifica as medidas concretas para cada unidade de paisagem, devendo por isso ser integrado no processo de alteração por adaptação do PDM de Braga que agora se inicia.

7. Conclusão

O presente relatório é fundamental não só para a avaliação do território da concretização ou não das políticas, medidas e ações definidas no PDM, mas também para identificar e analisar os principais problemas que motivam o não cumprimento dos objetivos definidos, para posterior deliberação.

A principal dificuldade passou pela seleção dos indicadores que permitem avaliar o cumprimento efetivo dos objetivos do PDM face à seleção de indicadores do processo de AAE da revisão do PDM.

Posteriormente à seleção dos indicadores, o processo de recolha dos dados revelou-se extremamente moroso. A dificuldade de obtenção de informação e necessidade de recorrer a várias entidades externas e vários departamentos da autarquia tornou o processo menos expedito quanto seria expectável.

A inexistência de um SIG interno não impede a realização do relatório mas compromete a qualidade e a celeridade do trabalho.

Também a Periodicidade de atualização de dados (como por exemplo, o recenseamento da população) nem sempre é compatível com o período de análise desejado.

O curto período de vigência do PDM não foi o suficiente para que a sua execução tivesse resultados significativos no ordenamento do território.

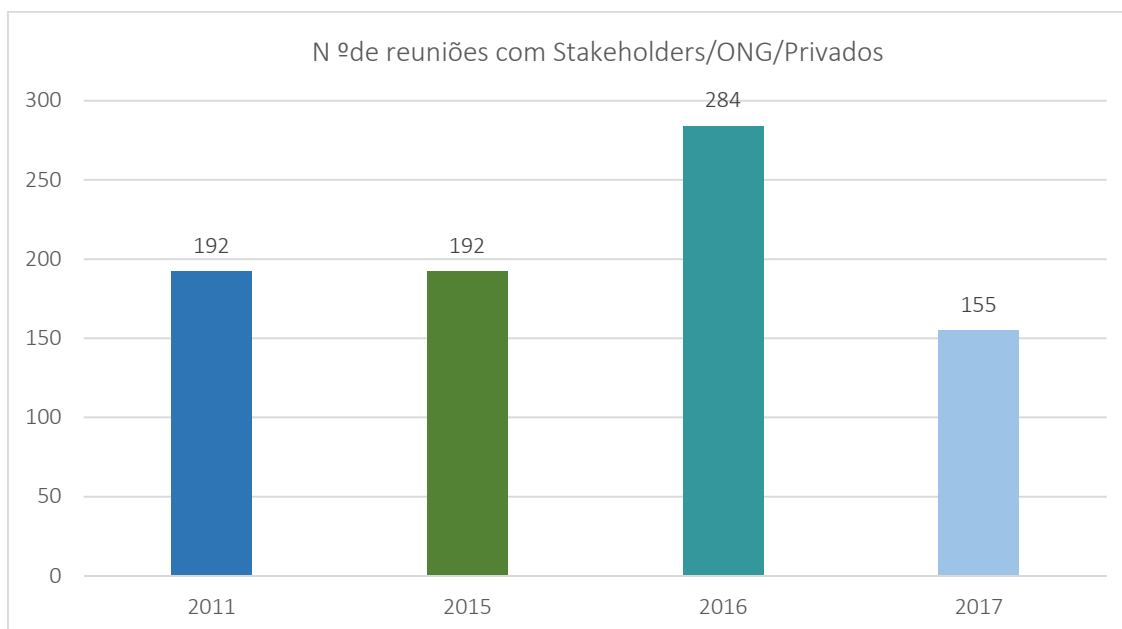
No entanto, é possível afirmar dos dados obtidos nos indicadores, que a tendência de desenvolvimento converge com os domínios estratégicos definidos no PDM.

8. ANEXO I – ANÁLISE DOS INDICADORES

Ficha metodológica	
FCD	Governança
Definição	<p>Este FCD pretende evidenciar o contributo do PDMB na conquista de uma melhor governança de acordo com os 5 princípios do livro Branco da EU sobre Governança Europeia: Abertura, Participação, Responsabilização, Eficácia e Coerência.</p> <p>A governança de uma instituição municipal reflete o modo como é exercido o seu poder administrativo, centrando-se na sua capacidade de planeamento, organização e tomada de decisão.</p>
Temas-chave	Stakeholders; Participação; Formação e Sensibilização

Tema-chave: Stakeholders

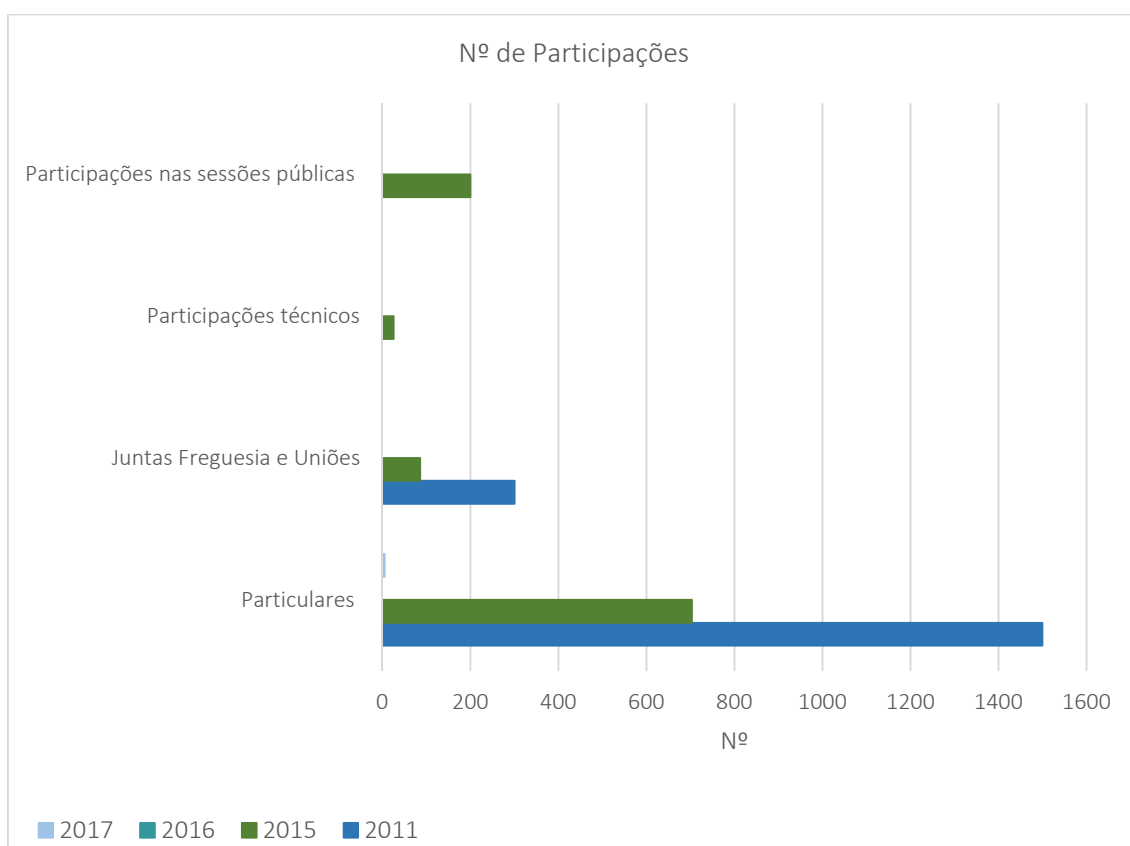
Indicador	Nº de reuniões com stakeholders/ONG/Privados
Fonte de dados	CMB / DPRRU
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	Anual



Observações: O maior número de reuniões ocorreu no ano de 2016, após a publicação do PDM em Outubro de 2015. A necessidade de desenvolvimento de algumas UOPG's e UE para a fixação de empresas, bem como a possibilidade de construção e reabilitação previstas neste PDM são os principais motivos das reuniões ocorridas em 2016 e 2017.

Tema-chave: Participação

Indicador	Nº de Participações
Fonte de dados	CMB / DPRRU
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



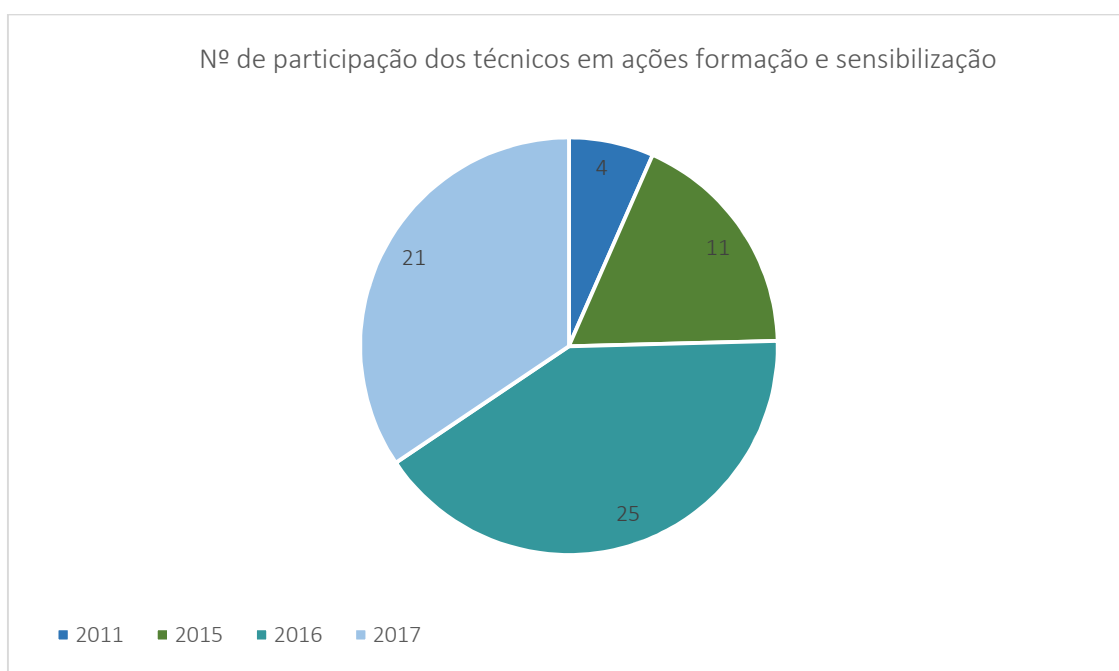
Observações: O ano de 2011 é aquele que contempla um maior número de participações porque se refere ao somatório das participações desde o ano de 2008, quando se iniciou a revisão do PDM 2001.

As participações registadas em 2015 referem-se essencialmente à fase de discussão pública da revisão do PDM de 2001.

Em 2017 foram registadas apenas 5 participações, 3 referentes ao período de discussão pública da UE de Lomar e 2 referentes a situações a analisar no âmbito da revisão do PDM de 2015.

Tema-chave: Formação e sensibilização

Indicador	Nº de participação dos técnicos em ações formação e sensibilização
Fonte de dados	CMB / DPRRU
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual

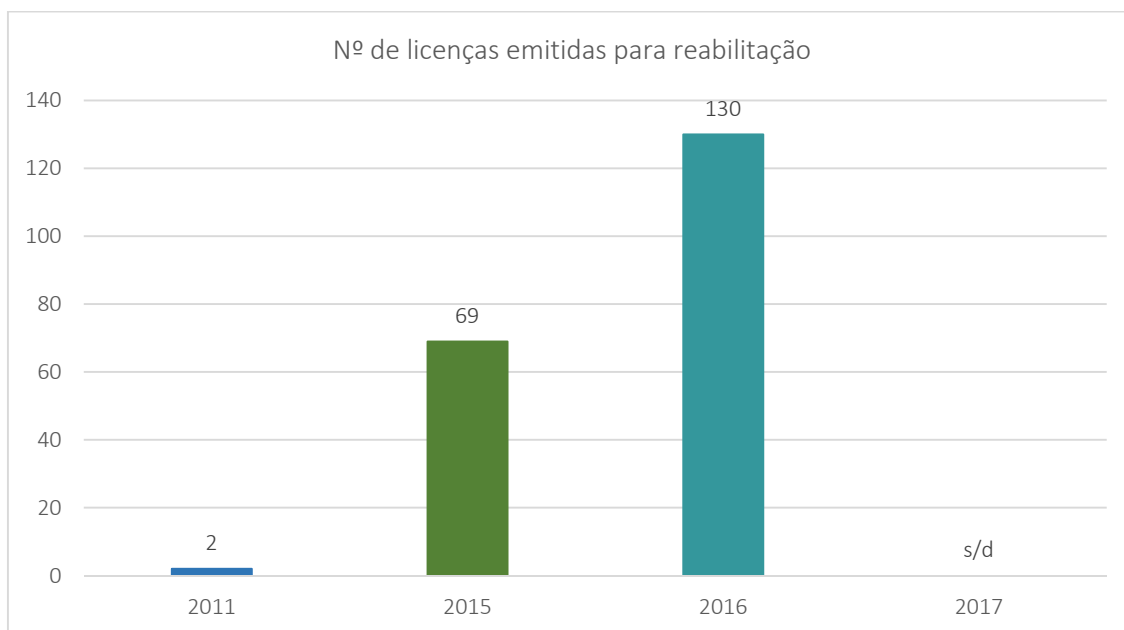


Observações: Cada técnico da DPRRU participa, pelo menos, numa ação de formação por ano.

Ficha metodológica	
FCD	Ordenamento do Território
Definição	Sendo o PDM um instrumento de gestão da interação homem/território, de planeamento das ocupações, valorização das infraestruturas existentes e preservação do solo como recurso limitado, definiu-se este FCD como o fator chave para a prossecução de um melhor ordenamento do território seguindo os princípios gerais da lei de bases do Ordenamento do território.
Temas-chave	Consolidação do espaço urbano; Valorização do setor primário.

Tema-chave: Consolidação do espaço urbano

Indicador	Nº de licenças emitidas para reabilitação
Fonte de dados	CMB
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual

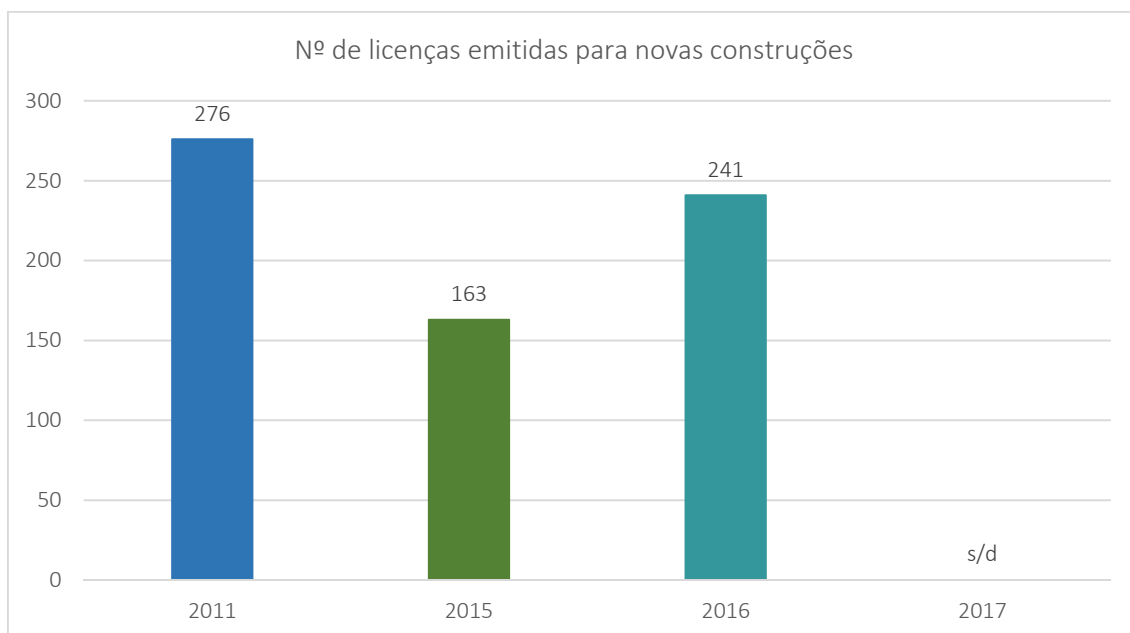


Observações: Sendo a reabilitação urbana uma das prioridades do Município de Braga plasmada no PDM publicado em Outubro de 2015, é no ano de 2016 que se verifica um aumento significativo de emissão de licenças para reabilitação.

Com a delimitação das novas ARU's, espera-se que haja um aumento significativo neste tipo de intervenção.

Optou-se pela não representação do ano de 2017, uma vez que os dados obtidos se referem apenas a alguns meses.

Indicador	Nº de licenças emitidas para novas construções
Fonte de dados	CMB
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual

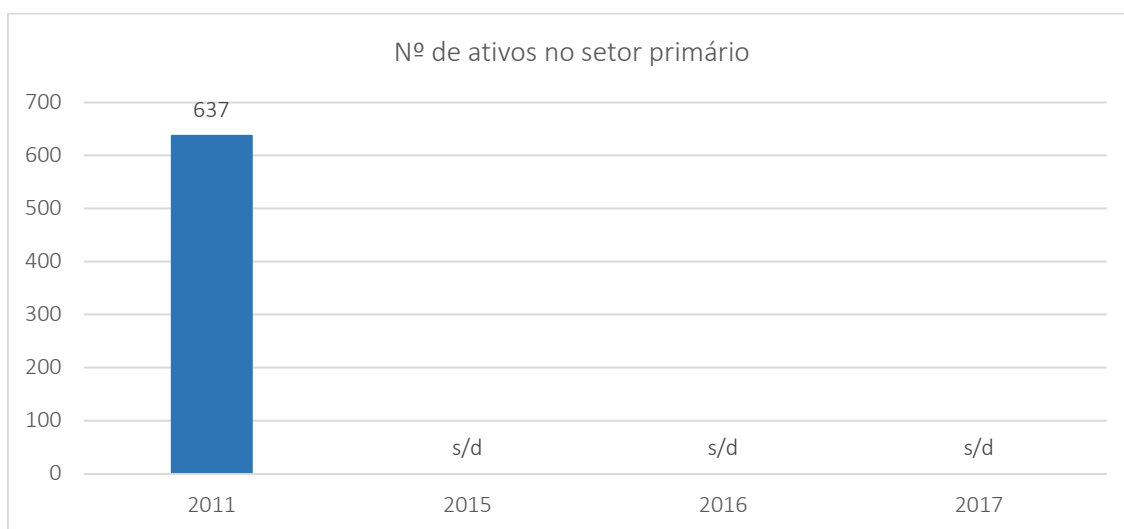


Observações: Os efeitos da crise no País e no setor da construção civil foram sentidos com maior intensidade no período de 2011-2015, traduzindo-se numa diminuição de licenças emitidas. A partir de 2016 verifica-se uma retoma na atividade correspondendo a cerca de 48% em relação ao ano anterior.

Este aumento pode ainda representar um reflexo da publicação do PDM 2015, uma vez que foram atendidos na íntegra 27% dos pedidos dos particulares para reclassificação do solo e 21 % parcialmente. Em relação aos pedidos das freguesias e das uniões de freguesia foram atendidos na íntegra 54% dos pedidos e parcialmente 17%.

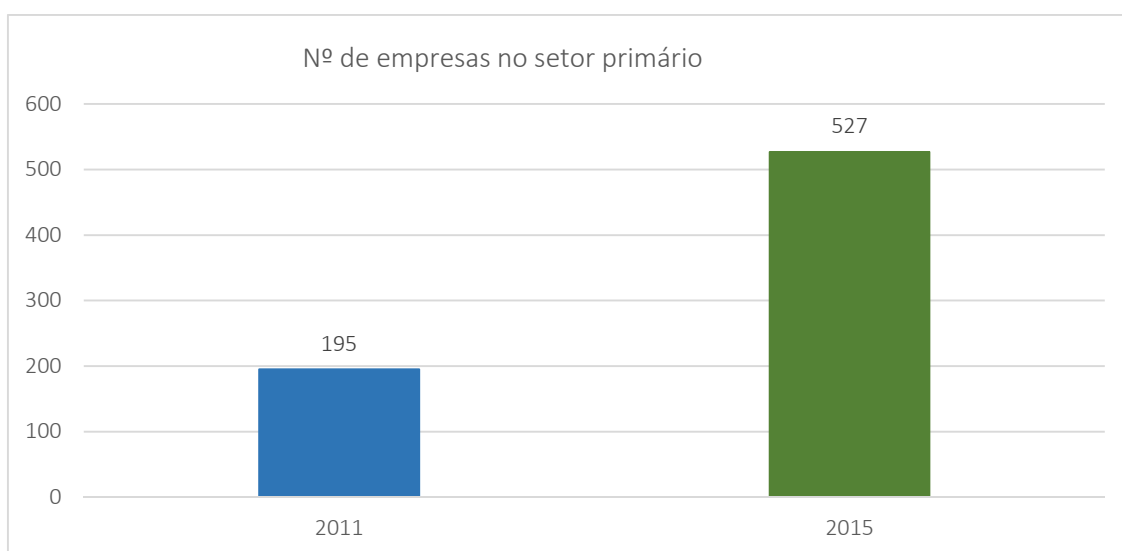
Tema-chave: Valorização do setor primário

Indicador	Nº de ativos no setor primário
Fonte de dados	INE
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



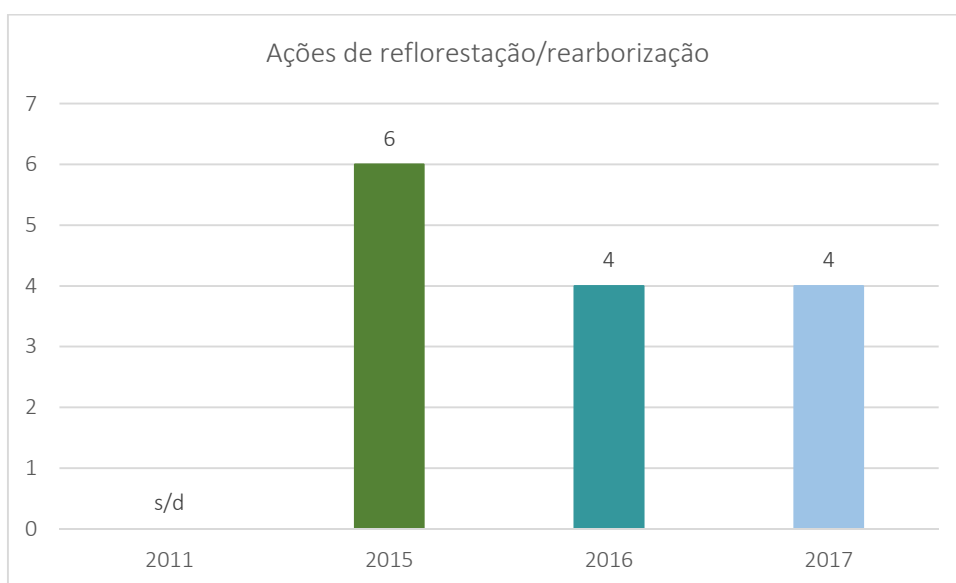
Observações: Relativamente a este indicador não foi possível obter dados para além dos disponibilizados no INE e que se referem aos censos de 2011. No entanto, considera-se importante a manutenção deste indicador no processo de monitorização do PDM em vigor e nas seguintes revisões, para avaliar a efetiva valorização da atividade no setor primário.

Indicador	Nº de empresas no setor primário
Fonte de dados	INE
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



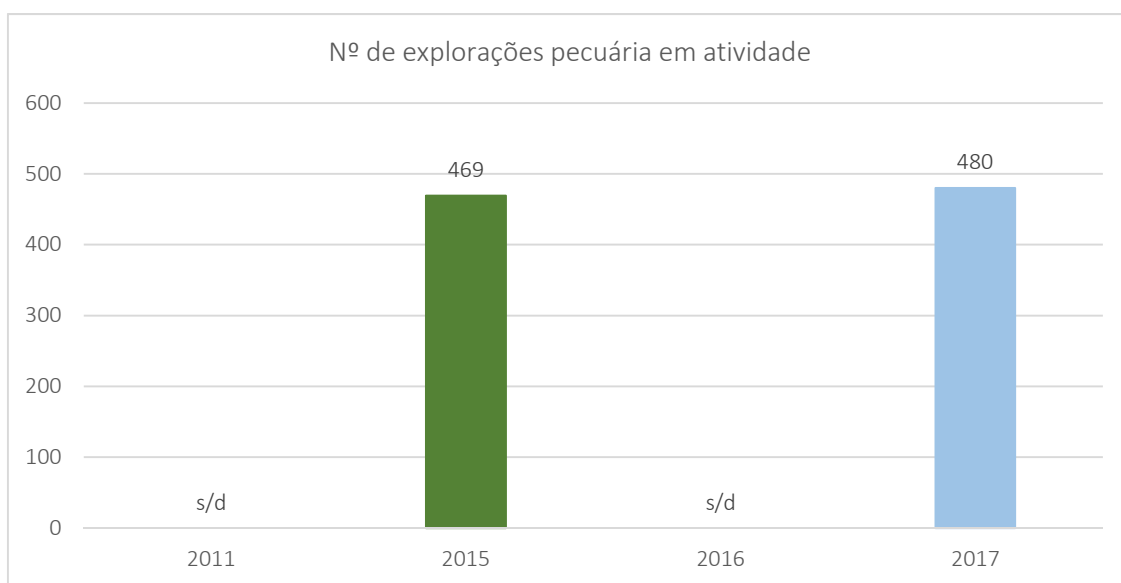
Observações: Os dados disponíveis para este indicador correspondem aos anos de 2011 e 2014, observando-se um aumento do número de empresas no setor primário de quase 63%. Este fenómeno pode resultar do aumento de ativos neste setor de atividade durante os anos de crise, podendo também refletir o aumento do registo e licenciamento das empresas.

Indicador	Ações de florestação
Fonte de dados	CMB
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



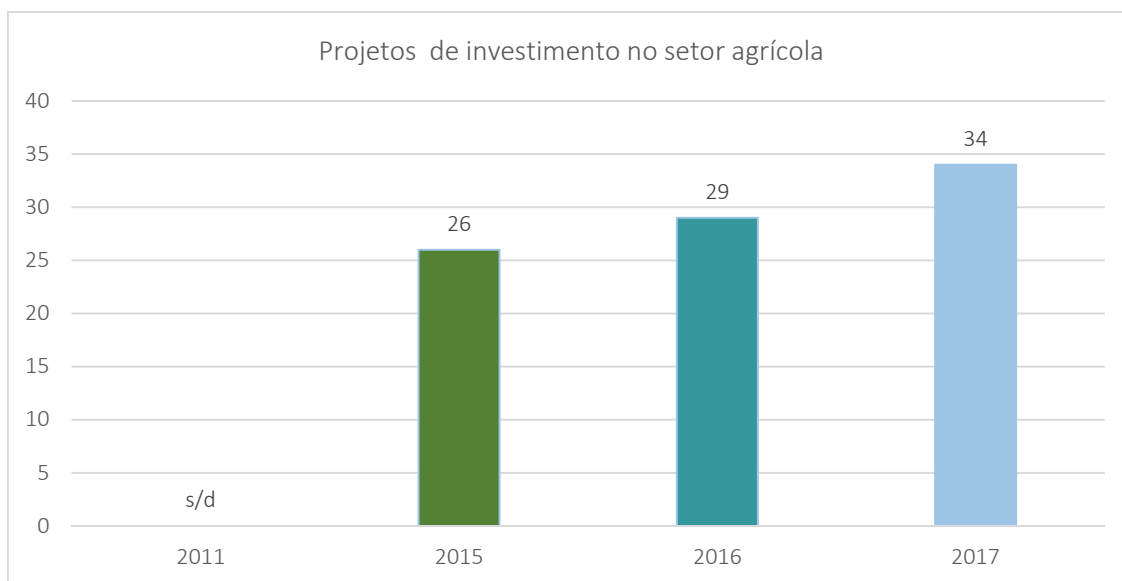
Observações: Os valores apresentados referem-se às ações de reflorestação cujo parecer foi solicitado à CMB pelo ICNF. Estas ações correspondem essencialmente às faixas de gestão de combustíveis da REN (Rede elétrica nacional), onde se tem observado nos últimos anos uma recorrência a espécies de folhosas autóctones. Os projetos privados no setor florestal correspondem essencialmente a plantações de espécies de crescimento rápido, nomeadamente o *eucalyptus globulus*.

Indicador	Nº de explorações pecuária
Fonte de dados	CAVAGRI
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



Observações: De acordo com os dados fornecidos pela CAVAGRI – Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, C.r.l. existem, em 2017, 480 explorações pecuárias em atividade. Este valor engloba todo o tipo de explorações existentes no Concelho (tanto de detenção caseira como as que representam uma atividade económica), sendo que as explorações que correspondem a uma atividade económica relevante, com a geração de riqueza e postos de trabalho consequentes, perfazem um total de 290.

Indicador	Nº de projetos de investimento na agricultura
Fonte de dados	DRAPN
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual

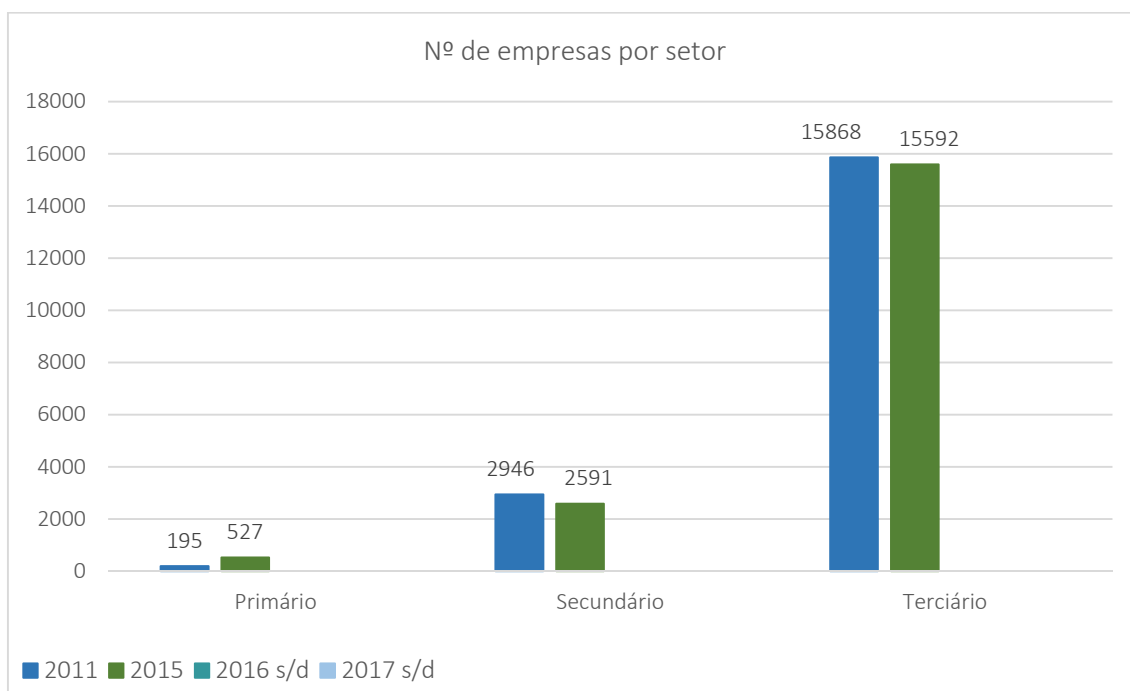


Observações: Os dados obtidos constam do relatório de execução do PRODER nos anos 2007 a 2013. O valor representado no gráfico acima para o ano de 2015, corresponde ao somatório dos valores registados neste período. Relativamente aos anos de 2016 e 2017, os dados correspondem aos investimentos subsidiados pelo programa PDR 2020.

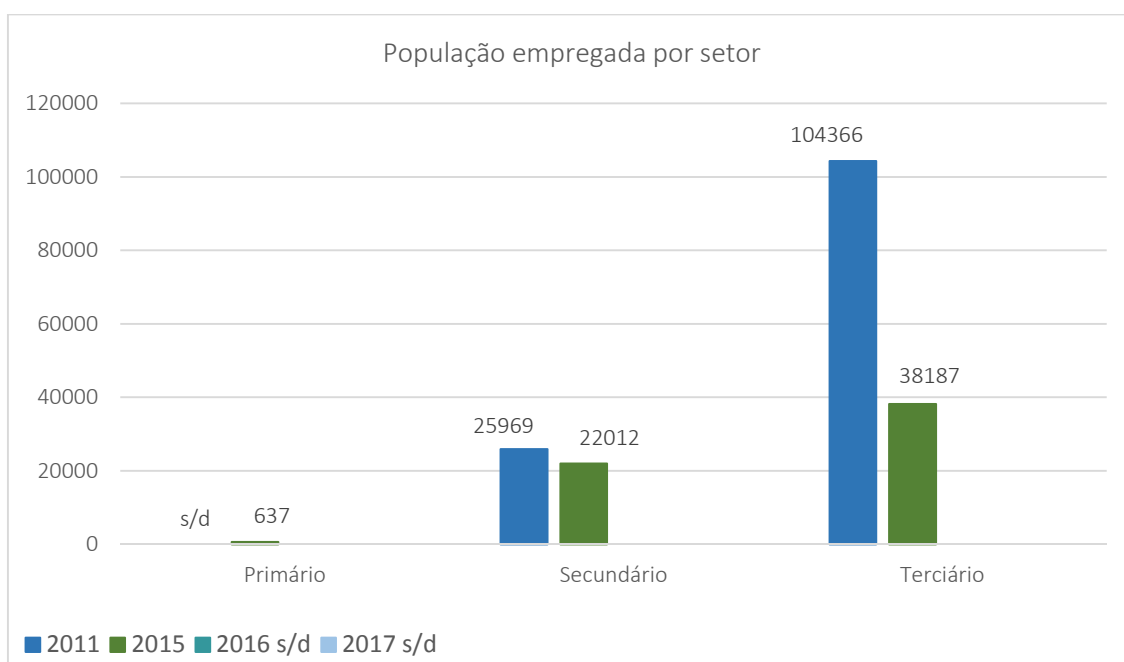
Ficha metodológica	
FCD	Desenvolvimento socioeconómico
Definição	Pela importância e visão prospetiva da evolução dos usos e das necessidades da população, de forma a fomentar o emprego e contribuir para um aumento do PIB concelhio, traduzindo-se numa melhor qualidade de vida e bem-estar das populações.
Temas-chave	Empregabilidade; Atratividade turística

Tema-chave: Empregabilidade

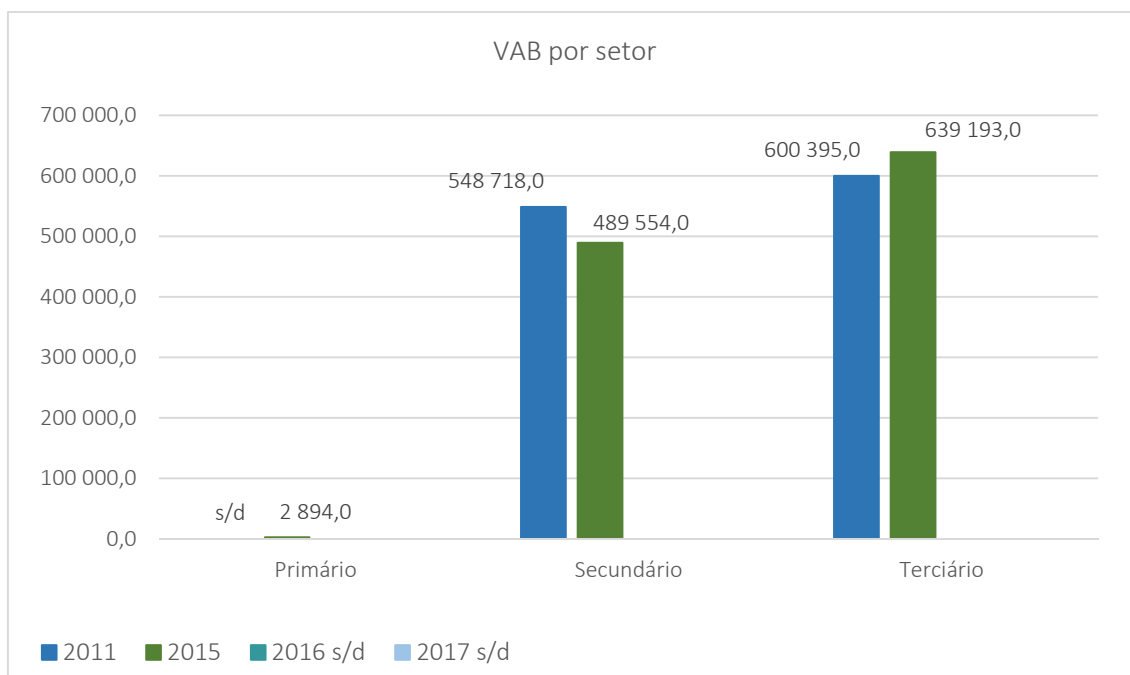
Indicador	Nº de empresas por setor
Fonte de dados	INE
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



Indicador	População empregada por setor
Fonte de dados	INE
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



Indicador	Variação do Valor Acrescentado Bruto (VAB) por setor
Fonte de dados	CMB
Unidade de medida	M€
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



Observações: De 2011 a 2015 o País atravessou um período de crise que levou a uma diminuição do nº de empresas e população empregada, conforme se pode observar no VAB para o setor secundário.

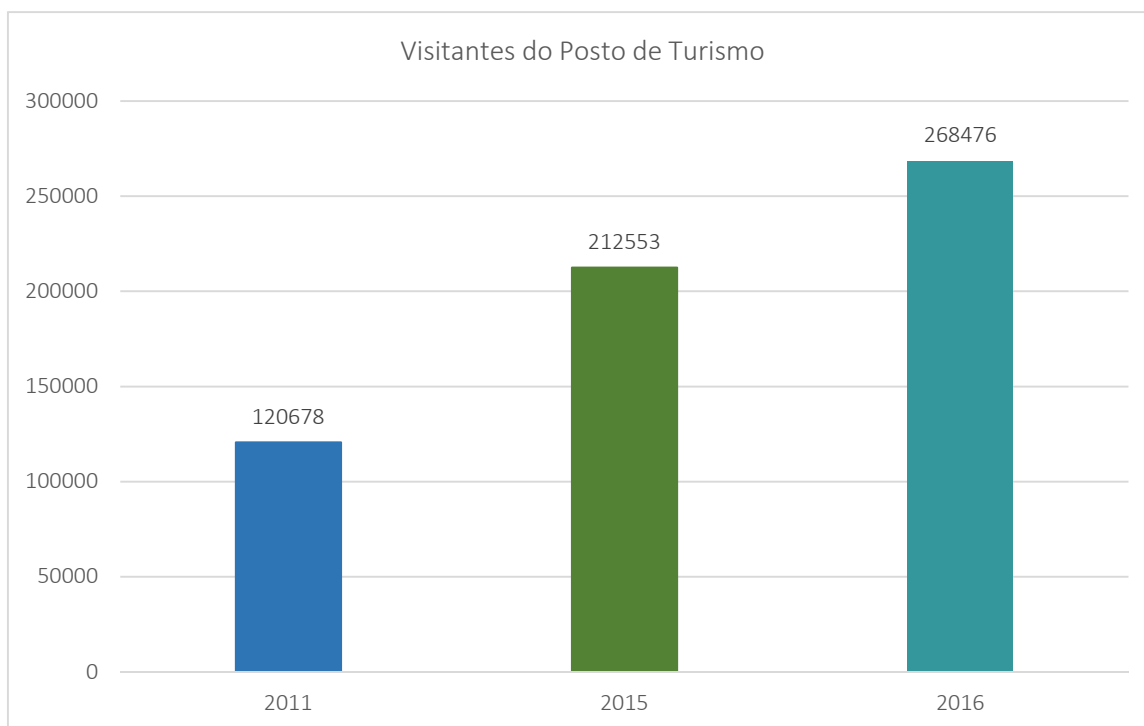
No entanto, apesar das condições adversas, os dados do VAB para o setor terciário permitem observar uma retoma da economia em 2015.

Indicador	Taxa de ocupação das zonas industriais
Fonte de dados	CMB
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual

Observações: Os valores possíveis de apurar quanto a este indicador reportam-se a um estudo efetuado com recurso a um levantamento de campo em 2015, que refletem uma taxa de ocupação na ordem dos 70%.

Tema-chave: Atratividade turística

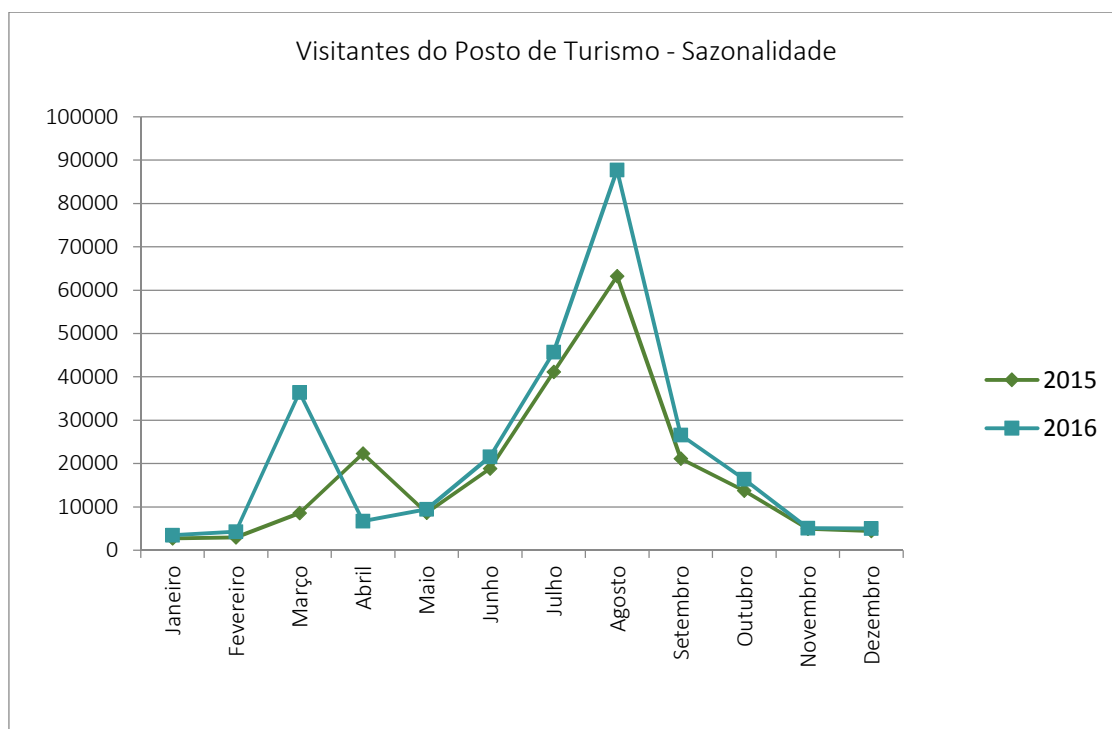
Indicador	Nº de visitantes no Posto de Turismo
Fonte de dados	CMB
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



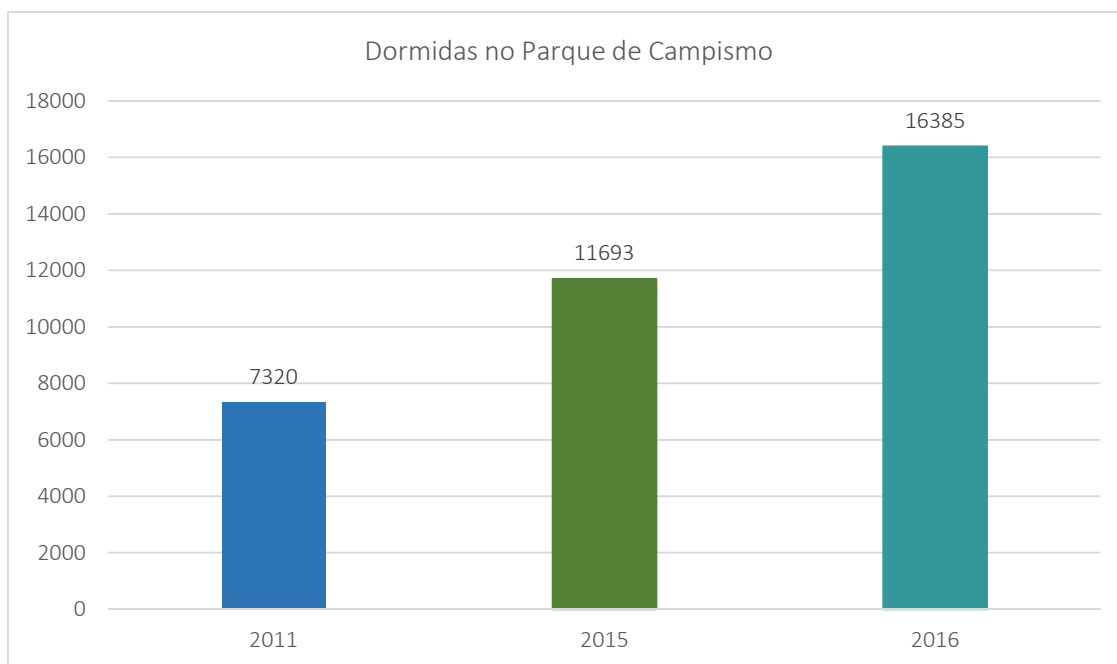
Observações:

A quantidade de visitantes no Posto de Turismo tem crescido de uma forma acentuada nos últimos anos. O ano de 2011 representou um marco significativo para o concelho, uma vez que a quantidade de visitantes cresceu quase 40% relativamente aos anos anteriores, superando pela primeira vez os 100.000 visitantes. Em 2015 e 2016 os valores registados são bastante mais elevados, situando-se atualmente na ordem dos 200.000 visitantes.

O número de visitantes no Posto de Turismo aumenta nos meses da “Semana Santa” e nos meses de Verão, conforme se pode ver a título exemplificativo no gráfico seguinte:



Indicador	Nº de dormidas no Parque de Campismo
Fonte de dados	CMB
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



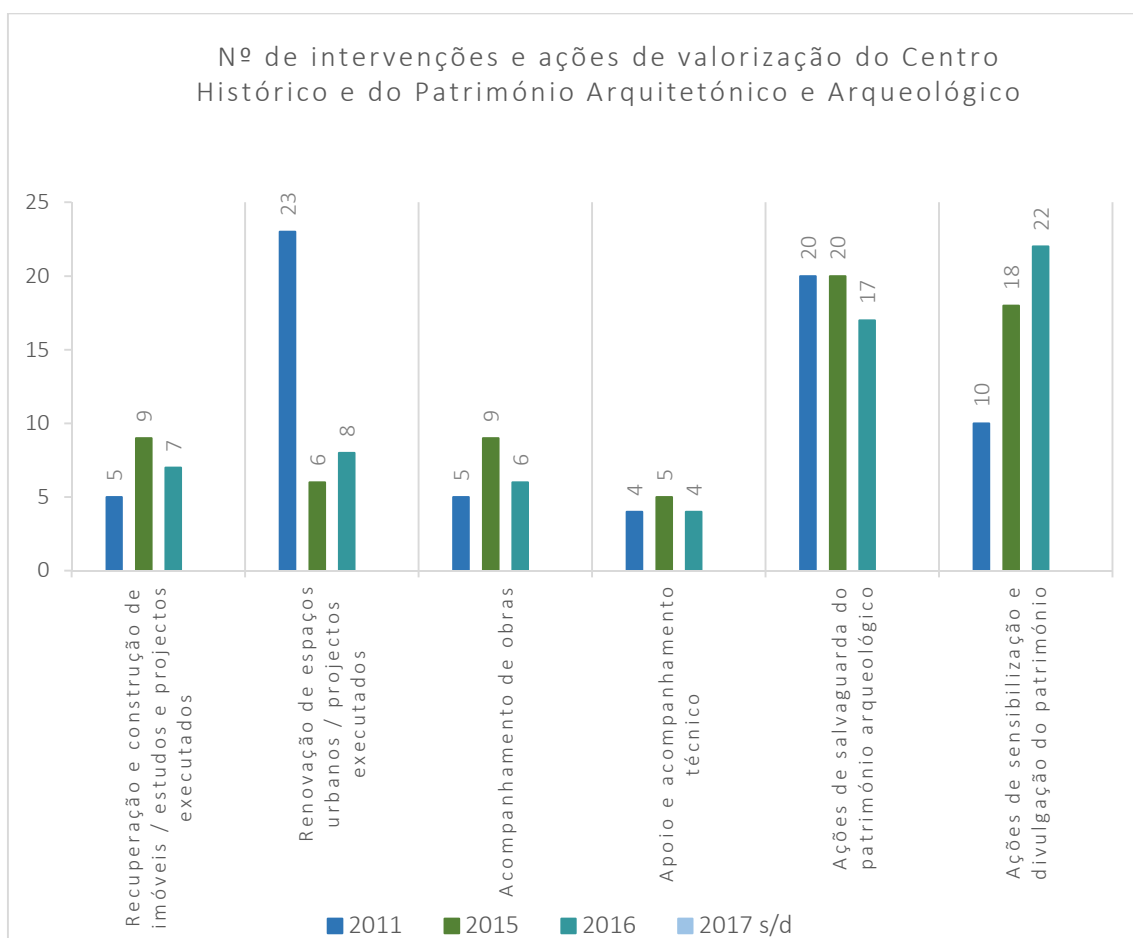
Observações: Relativamente ao nº de dormidas no Parque de Campismo, é possível observar um aumento de 59.74 % em 2015 face a 2011 e 123.84% em 2016 face ao mesmo ano.

Também o INE disponibiliza dados sobre o nº de dormidas no Concelho para os anos de 2011 (285.799) e 2013 (293.274). Apesar do período temporal não corresponder ao período estipulado para este relatório, prevê-se que se mantenha a tendência crescente neste indicador.

Ficha metodológica	
FCD	Património, Recursos Naturais e Ambiente
Definição	Considerou-se este FCD dado que o PDM é um instrumento de proteção, preservação e valorização do património histórico-cultural que estabelece medidas de promoção da continuidade espacial e conectividade entre áreas com interesse conservacionista.
Temas-chave	Ações de intervenção e valorização do Centro Histórico e do Património; Qualidade ambiental

Tema-chave: Ações de intervenção e valorização no Centro histórico e no património imóvel

Indicador	Nº intervenções
Fonte de dados	CMB / DCH
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



No presente eixo temático, sobressai, em 2011, a renovação de espaços públicos, realizada no âmbito do projeto financiado “A Regenerar Braga”, que contemplava a reabilitação das principais

artérias do Centro Histórico (Praças e Ruas), que careciam de intervenção. É o caso das intervenções no Largo Carlos Amarante, Rua dos Chãos, Rua D. Afonso Henriques, Rua Andrade Corvo, etc.

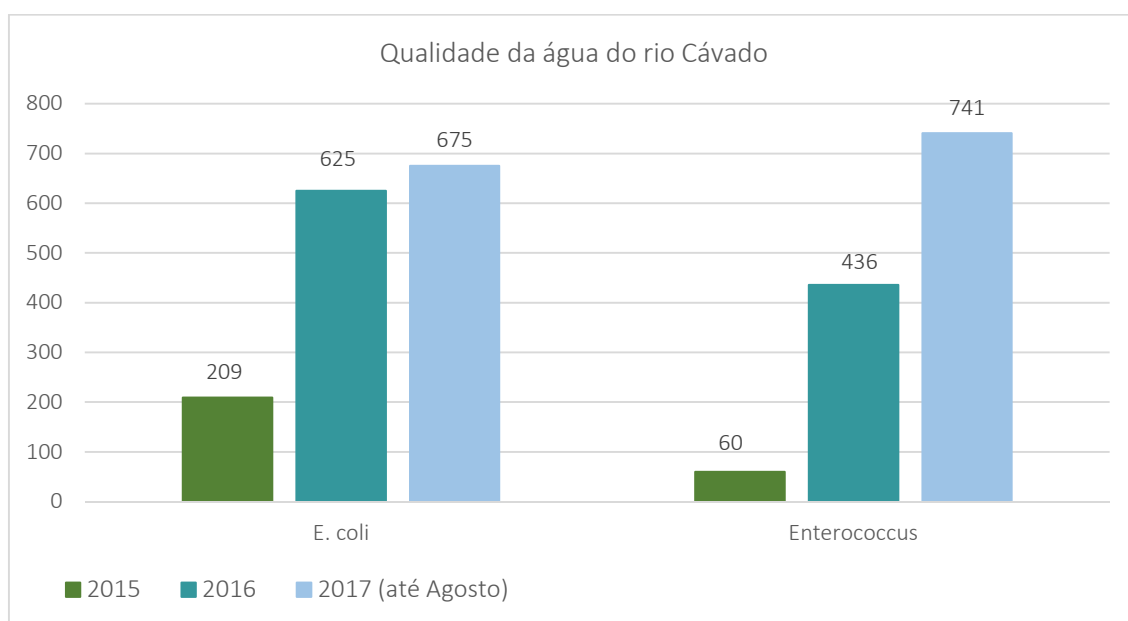
Destaca-se ainda o investimento do Município de Braga nos últimos anos, no desenvolvimento de ações de valorização do património, maioritariamente, no âmbito da antiga cidade romana de Braga Augusta, verificando-se não só um aumento de iniciativas, como da frequência destas com um aumento de 65% entre 2011 e 2016.

Estas ações dirigidas, essencialmente, ao público infanto-juvenil, pretendem sensibilizar os mais novos para o passado da nossa cidade, uma vez que é através da participação ativa e do contacto direto com o passado que se desenvolvem fortes sentimentos de pertença com uma comunidade e, consequentemente, de estima e salvaguarda.

São exemplos destas ações, as oficinas temáticas como “Sentir o Barro”, “BricAmosaicos”, “HojeÀfonte”, as visitas temáticas como “Visitação à morte no mundo romano”, colóquios e seminários, como o “Seminário Internacional de Educação Patrimonial”, e ações comemorativas do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, Dia Nacional dos Centros Históricos, Dia dos Museus e Jornadas Europeias do Património.

Tema-chave: Qualidade ambiental

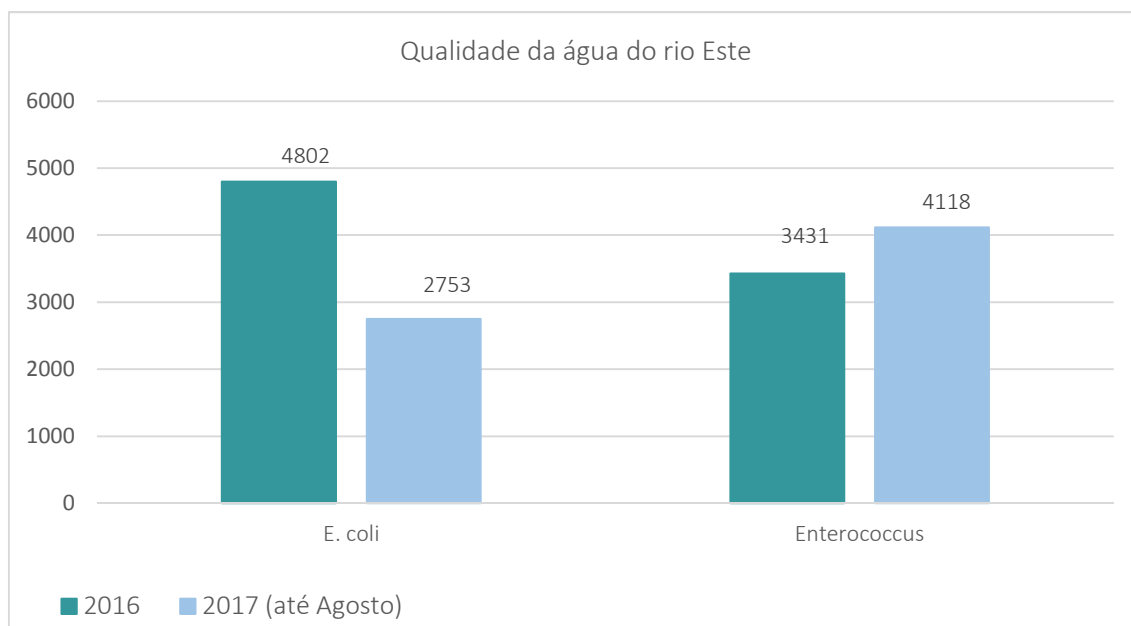
Indicador	Qualidade da água dos rios Cávado e Este
Fonte de dados	CMB
Unidade de medida	E. coli – 1800 / Enterococcus - 600
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



Observações: Nos anos de 2016 e 2017 o programa de melhoria da qualidade da água teve como objetivo a classificação como água balnear as praias de Navarra e Merelim S. Paio. Nestes anos os valores de *E. coli* e *Enterococcus* registados mantiveram-se abaixo do valor definido na legislação e foi possível a classificação da Praia de Navarra. Em 2017 os valores registados referem-se apenas ao programa de melhoria da qualidade da água de Merelim S. Paio, em que os valores de *Enterococcus* ultrapassam os valores máximos admissíveis.

Para além destas análises, foram ainda efetuadas análises à presença de salmonelas, sendo que em 2015 e 2016 os resultados foram negativos e em 2017 foram positivos.

Os maus resultados obtidos no ano de 2017 podem ter origem em vários fatores, nomeadamente, o facto de 2017 ter sido um ano pouco chuvoso provocando um caudal do rio menor, potencializa a concentração de material orgânico na água. No entanto, a presença de coliformes fecais aponta para possíveis descargas para o curso de água.

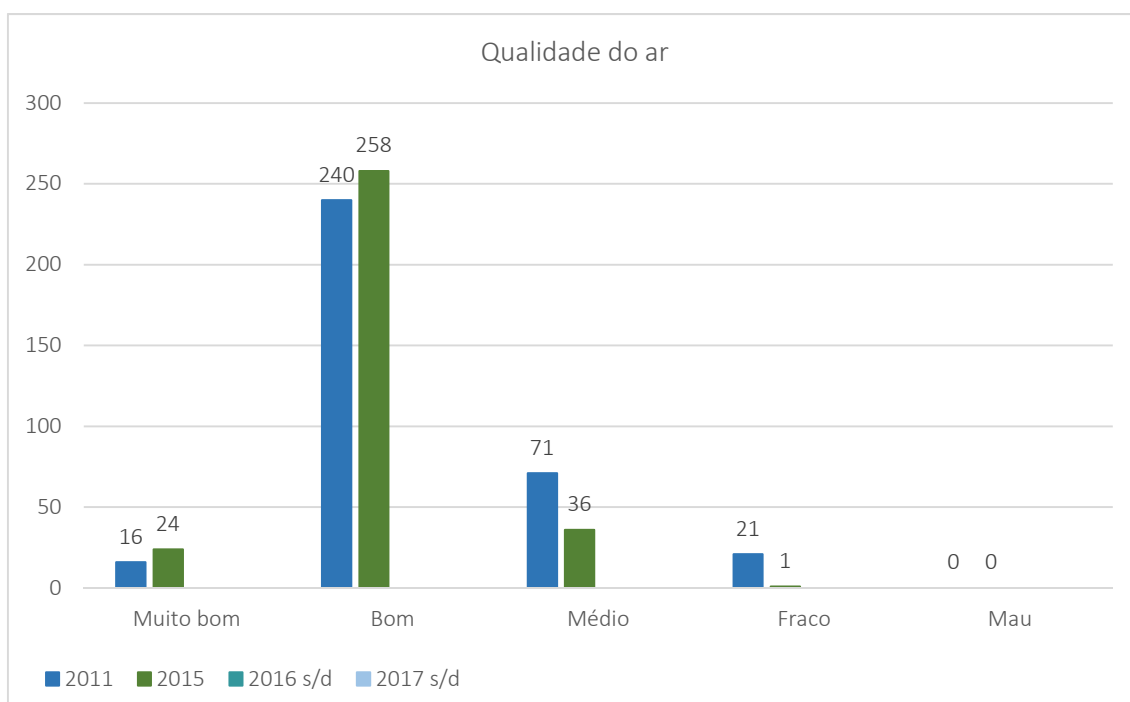


Observações: Os valores registados no rio Este nos anos 2016 e 2017 ultrapassam largamente os valores limite definidos na legislação, sendo muito difícil concretizar o objetivo pretendido para este rio.

Apesar de estar assegurada, quase na totalidade, a ligação de todas as habitações à rede de saneamento, os valores indicam que poderão existir situações que permanecem ilegais.

Sempre que é detetada alguma descarga ilegal são alertadas as autoridades.

Indicador	Qualidade do ar
Fonte de dados	APA - Agência Portuguesa do Ambiente
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



Observações: Os gráficos apresentados foram retirados do site da APA. Os dados referem-se apenas aos anos de 2011 e 2015, não havendo dados mais atuais disponíveis. É possível observar que a qualidade do ar no Concelho de Braga é geralmente boa.

Indicador	Ruído ambiental
Fonte de dados	SMARBRAGA
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual

Observações: Relativamente a este indicador, a monitorização do ruído ambiental é efetuada pelo sistema de monitorização de ar e ruído SMARBRAGA da AGERE. Este sistema monitoriza a qualidade do ar e o ruído ambiental em 6 locais diferentes no centro da cidade.

Não sendo possível obter um valor único uma vez que as áreas são demasiado heterogéneas, disponibiliza-se o link (<http://www.smarbraga.com/>) para os dados que são regularmente atualizados.

Quando é detetada alguma irregularidade as autoridades são alertadas.

Ficha metodológica	Mobilidade e Acessibilidade
FCD	
Definição	Considerando que o PDM é um instrumento de promoção de políticas de mobilidade urbana sustentável e acessibilidade é fundamental a promoção da utilização de modos de transporte ativos e transportes coletivos em alternativa à utilização do automóvel.
Temas-chave	Infraestruturas; Transporte Público

Tema-chave: Infraestruturas

Indicador	Extensão da rede rodoviária
Fonte de dados	CMB /DPRRU e DTM
Unidade de medida	Km
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual

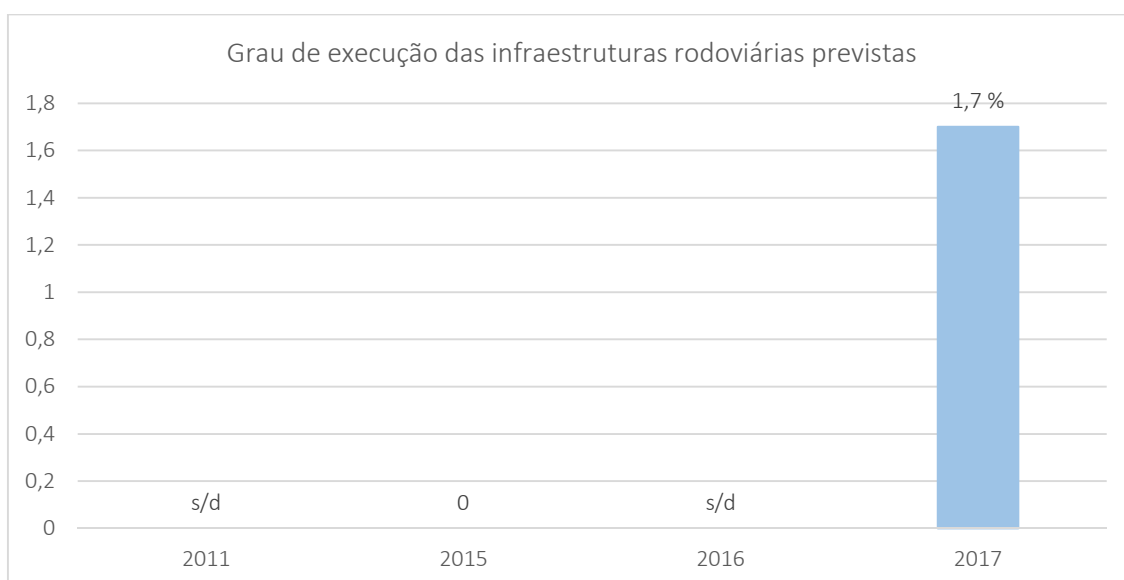


Observações: Desde a publicação do PDM em 2015 foram executados 2,25 km de infraestruturas rodoviárias. Apesar de não ser um valor muito significativo, representam duas vias de extrema importância.

Uma das vias consiste na ligação entre a Via do Alto da Vela e a Zona Industrial de Sobreposta. Esta via facilita o acesso de veículos pesados, que era até então obrigado a circular dentro de um aglomerado urbano, para posteriormente aceder às instalações industriais.

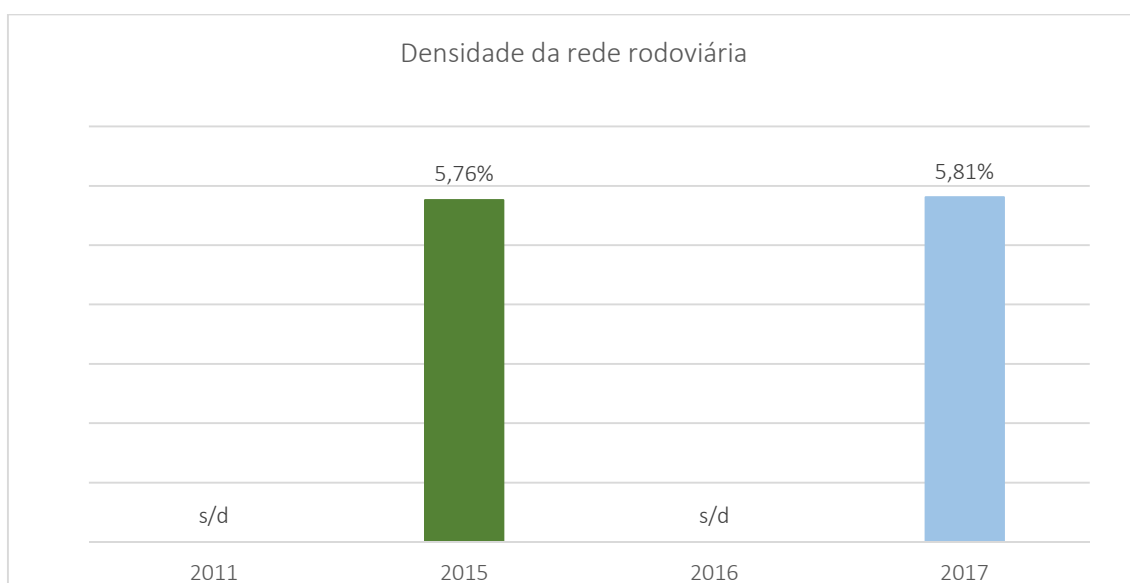
A outra via corresponde ao 2º troço da Variante do Cávado, que servirá como alternativa para aceder a zona norte do Concelho, diminuindo de certa forma, o tráfego de atravessamento dentro da cidade.

Indicador	Grau de execução das infraestruturas rodoviárias previstas
Fonte de dados	CMB /DPRRU e DTM
Unidade de medida	%
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



Observações: A curta vigência do PDM 2015 não permite que este indicador tenha a expressão que é esperada. Em 2 anos foram executadas menos de 2% das infraestruturas previstas. No entanto, o valor registado representa a execução de duas vias com um caráter de extrema importância para o território.

Indicador	Densidade da rede rodoviária
Fonte de dados	CMB /DPRRU e DTM
Unidade de medida	%
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



Observações: Este indicador mede a ocupação efetiva do território destinado a infraestruturas rodoviárias. Uma vez que foram apenas executados 2% das infraestruturas previstas, não se observam alterações significativas.

Indicador	Estacionamento pago à superfície
Fonte de dados	CMB /DPRRU e DTM
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



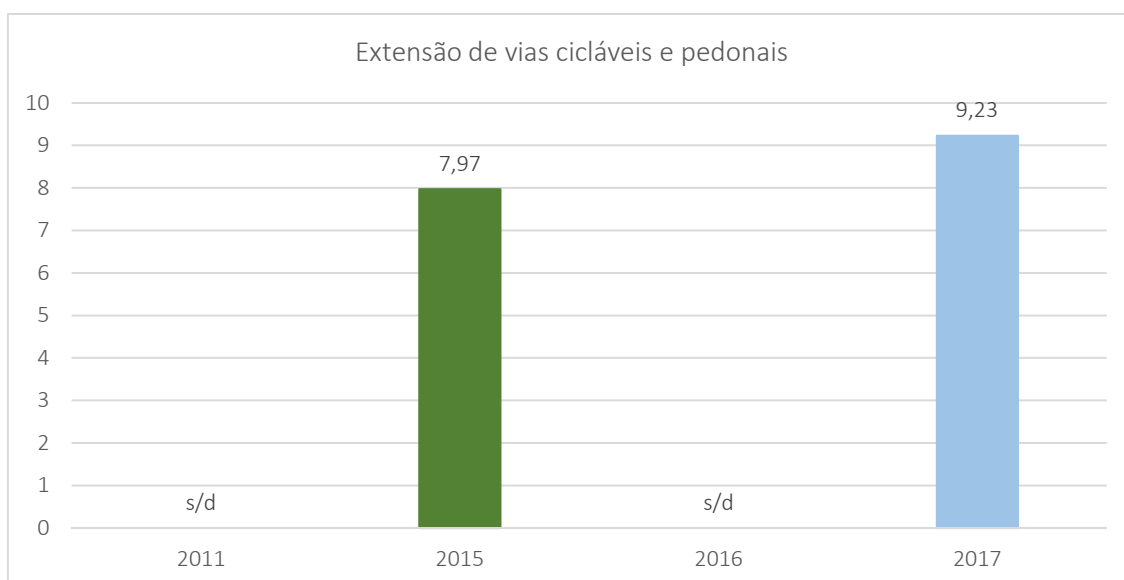
Observações: Os dados existentes referem-se apenas ao ano de 2017, no entanto considera-se pertinente a manutenção deste indicador, pois o estacionamento pago à superfície indicia uma gestão da mobilidade através do aumento do custo no uso do automóvel, de modo a tornar mais atrativa a utilização de outros modos de deslocação.

Indicador	Estacionamento gratuito à superfície *
Fonte de dados	CMB /DPRRU e DTM
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



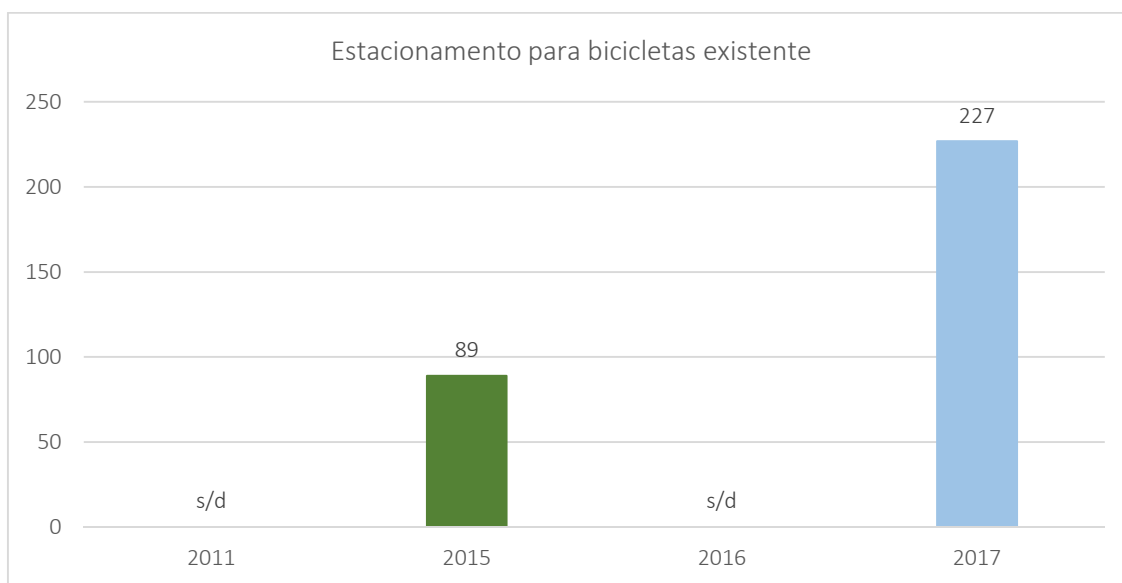
Observações: Este indicador não apresenta variações em termos de valor absoluto. No entanto, será de esperar que com a implementação de medidas que estimulam a utilização de transportes alternativos o nº de lugares de estacionamento gratuito à superfície venha a diminuir e o custo do existente seja mais elevado, essencialmente no centro histórico, de modo a tornar o uso do automóvel mais caro.

Indicador	Extensão de vias cicláveis e pedonais
Fonte de dados	CMB /DPRRU e DTM
Unidade de medida	Km
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



Observações: Desde Outubro de 2015 foram executados 1, 26 km de vias destinadas a modos ativos. Embora não seja um valor significativo, corresponde à execução de dois eixos com relevante importância e que demonstram a aposta do município na promoção de modos suaves.

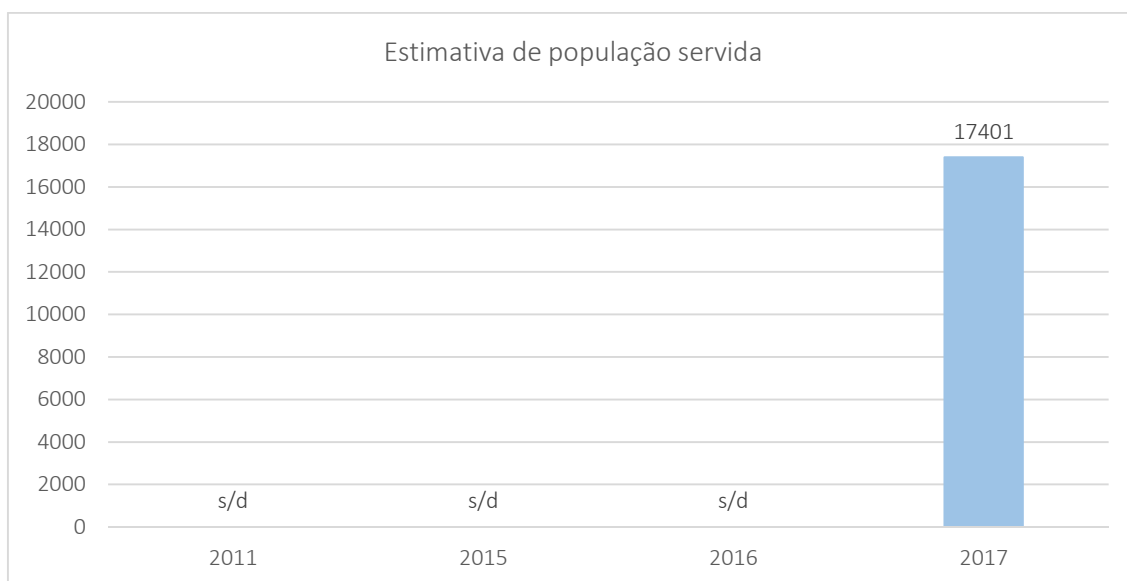
Indicador	Estacionamento para bicicletas existente
Fonte de dados	CMB /DPRRU e DTM
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



Observações: Segundo os dados disponibilizados existem, em 2017, mais 138 lugares destinados ao estacionamento de bicicletas.

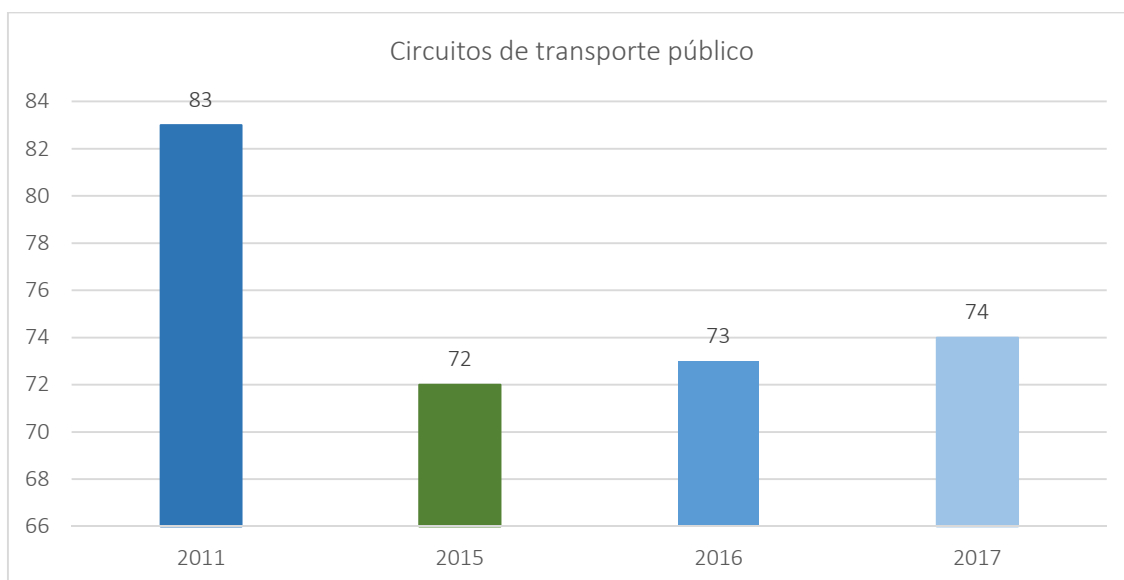
Temas-chave: Transporte Público

Indicador	Estimativa de população servida
Fonte de dados	CMB / DTM
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



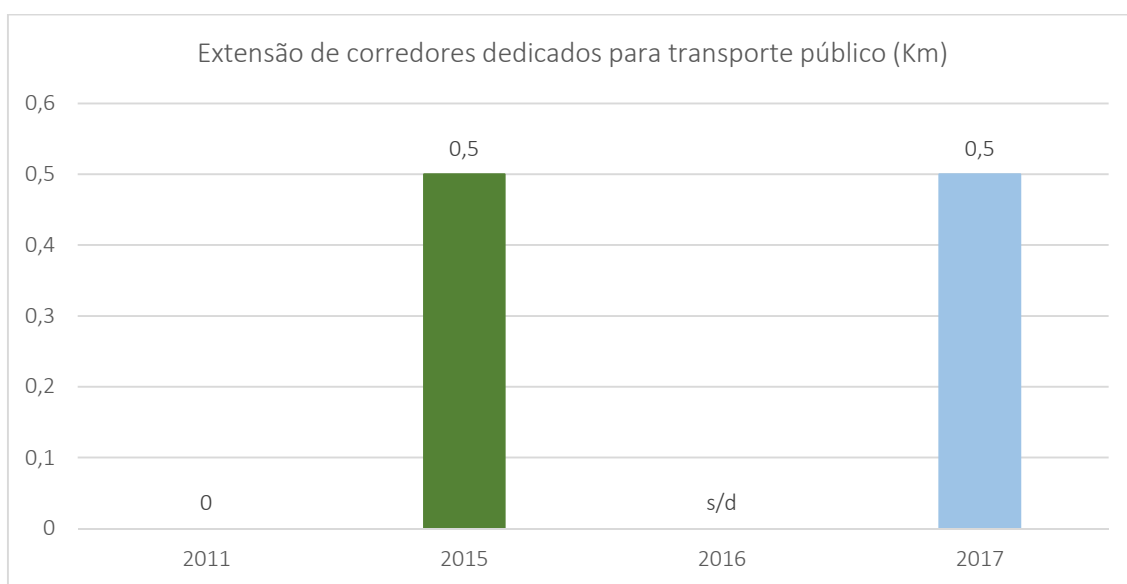
Observações: A população servida relaciona-se diretamente com a qualidade e eficiência do serviço. Os dados disponíveis correspondem apenas ao ano de 2017, no entanto considera-se pertinente a manutenção deste indicador.

Indicador	Circuitos de transporte público
Fonte de dados	CMB / DTM
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



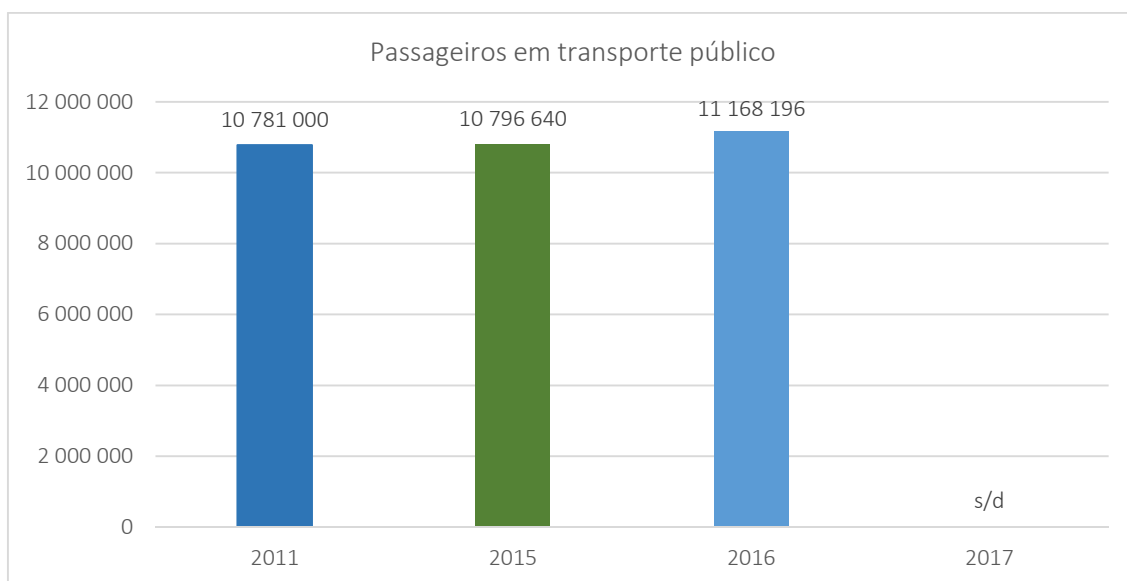
Observações: o nº de circuitos tem-se mantido sensivelmente constante nos últimos anos. No entanto, em 2017 existem 2 novas linhas cuja finalidade foi abranger áreas com maior densidade populacional e dois polos comerciais com elevada atratividade (Shopping Nova Arcada e E'leclerc), aplicando-se uma frequência de 20 min.

Indicador	Extensão de corredores dedicados para transporte público
Fonte de dados	CMB / DTM/ TUB
Unidade de medida	Km
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



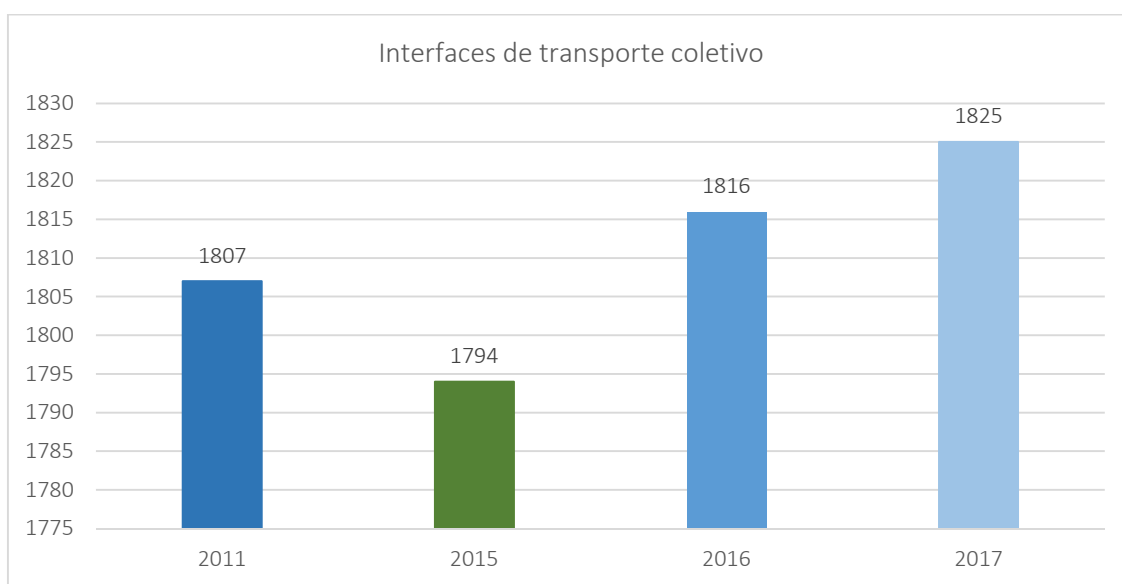
Observações: Desde a publicação do PDM que não surgiram novos corredores dedicados exclusivamente ao transporte público.

Indicador	Passageiros em transporte público
Fonte de dados	CMB / DTM /TUB
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



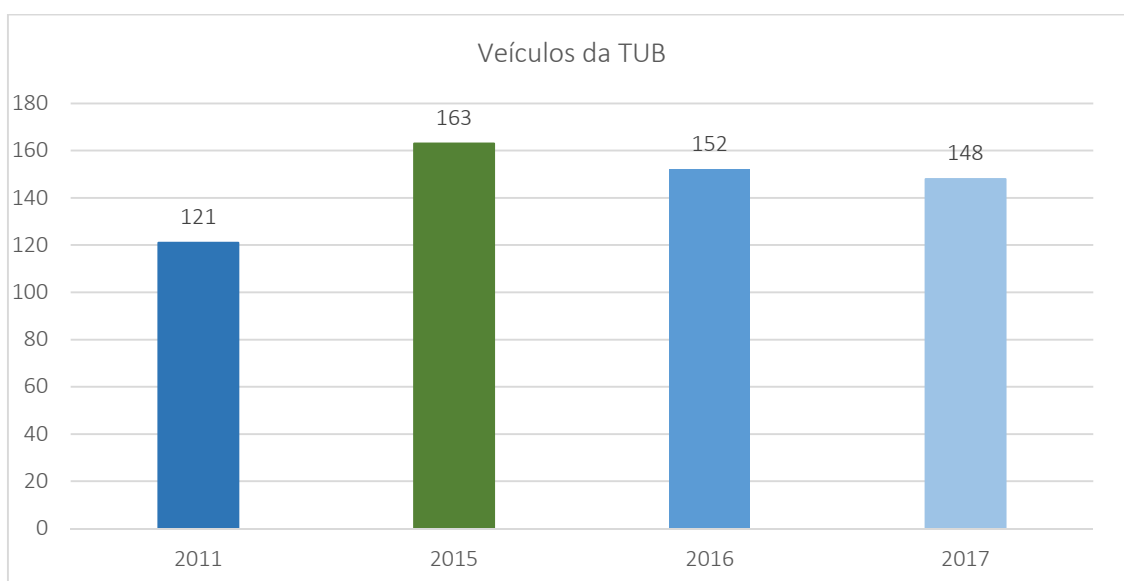
Observações: O nº de passageiros tem vindo a aumentar nos últimos anos. Este aumento deve-se à atratividade do transporte público em comparação com o transporte individual (custo do uso do automóvel), resultante do nº de circuitos e tarifas aplicadas.

Indicador	Interfaces de transporte coletivo
Fonte de dados	CMB / DTM /TUB
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



Observações: A diminuição registada entre 2011 e 2015 deveu-se a atualizações e alterações na rede dos transportes públicos. No entanto, com o aumento do nº de circuitos ocorreu também um aumento no nº de interfaces, o que permite concluir que em 2017 existe um maior nº de população servida comparativamente com o ano de 2011.

Indicador	Veículos da TUB
Fonte de dados	CMB / DTM /TUB
Unidade de medida	Nº
Espaço temporal	2011/2015/2016/2017
Periodicidade	anual



Observações: Entre 2011 e 2015 houve um aumento significativo no nº de veículos. A diminuição registada entre 2015 e 2017 ocorreu devido ao abate de veículos em fim de vida.

Estão em curso a aquisição de 31 autocarros elétricos, numa clara aposta na sustentabilidade da cidade e da melhoria da qualidade de vida das pessoas.